



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



ANDRÉ LUIZ GUSMÃO

**Aproximações profissionais e teóricas sobre o sistema de
atendimento socioeducativo (2019-2023)**

RONDONÓPOLIS
2023

ANDRÉ LUIZ GUSMÃO

**Aproximações profissionais e teóricas sobre o sistema de
atendimento socioeducativo (2019-2023)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Rondonópolis, Linha de Pesquisa: Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: direitos, políticas e diversidade, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes.

Área de concentração: Educação, Cultura e Processos Formativos.

RONDONÓPOLIS
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

Ficha Catalográfica elaborada de forma automática com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

G982a

Gusmão, André Luiz.

Aproximações profissionais e teóricas sobre o sistema de atendimento socioeducativo (2019-2023) [recurso eletrônico] / André Luiz Gusmão. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 87 f., il. color., pdf). – 2023.

Orientador(a): Aguinaldo Rodrigues Gomes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Rondonópolis, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Educação. 2. Racismo. 3. Juventude. 4. Medidas socioeducativas. 5. Revisão bibliográfica. I. Gomes, Aguinaldo Rodrigues, *orientador*. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "APROXIMAÇÕES PROFISSIONAIS E TEÓRICAS SOBRE O SISTEMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (2019-2023)"

AUTOR: MESTRANDO ANDRÉ LUIZ GUSMÃO

Dissertação defendida e aprovada em **29/09/2023**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. DOUTOR AGUINALDO RODRIGUES GOMES (Presidente banca/orientador)

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

2. DOUTORA CARMEN LÚCIA SUSSEL MARIANO (Examinadora interna)

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

3. DOUTORA FÁBIO DA SILVA SOUSA (Examinador externo)

Instituição: UNIVERSIDADE PAULISTA

4. DOUTORA RAQUEL GONÇALVES SALGADO (Examinadora suplente)

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

RONDONÓPOLIS, 29/09/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Aguinaldo Rodrigues Gomes, Docente UFR**, em 11/10/2023, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carmem Lucia Sussel Mariano, Docente UFR**, em 18/10/2023, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio da Silva Sousa, Usuário Externo**, em 16/11/2023, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0229119** e o código CRC **9444877A**.

*"Coisas precisam morrer para que outras nasçam
Árvores podadas para poderem dar frutos
Placentas, corpo, organismos não orgânicos
Sintomas de dor, da morte, vida sabe?
E se a força não mais estiver lá
Sei que não fraquejei e você há de lembrar*

*Um dia as minhas pernas não vão mais me aguentar
E cada passo que eu der, menos enxergar
No momento minha voz rouca, nada vai soar
Luta por mim!*

*E quando minhas mãos não puderem mais segurar
As suas mãos nas minhas... Não é pra soltar
Sei que não estive só, me resta confiar
Luta por mim!*

*Quero que continue a subir
Mesmo com a ideia de me ver partir
Olha só o que eu construí
As palavras tortas, eu não me arrependi
Se eu tivesse um pedido seria
Luta por mim!*

*Agora 'cês não vão me esquecer, né?
Fui imortalizado com um mural na Paulista
'Cês nunca colaram no meu show
Mas agora usam meu nome pa' pedir por justiça!
Nunca nem me ouviram, mesmo que eu gritasse, mas agora que eu virei estatística
'Cês vão usar meu nome e minha imagem pa' pedir pelo fim da polícia e
Se eu morresse hoje, amanhã era notícia, mas quem eu era isso ia ser questionado
E quê que eu fiz pa' tomar três tiro' no peito?
Preto na rua de noite com certeza era algo errado!
Virei postagem na sua rede social
'Cê lamentou e escreveu sobre a repressão policial
Sua hashtag foi o ponto final
Dizia Vidas Negras Importam, pra você isso foi diferencial*

*É que é toda vez a mesma merda
'Cês matam eu de carne pa' fazer eu de pedra
Movidos pelo tesão por tragédia
Agora morto eu tenho mais voz do que vivo, parece comédia!
Deixa minhas lembrança' p'os meus
Deixa minha mãe chorar minha morte, vê se não interfere!
Que 'cê num entende porque um de nós morreu
E o quanto dói ser invisível pela cor da sua pele
Não fui criado pa' agradar sua raça
E memo assim 'cês lamentaram porque eu parti cedo
Mas eu já te trombei em vida
E mesmo sem ter feito nada 'cê mudou de calçada por medo
Não quero meu nome no seu protesto dentro da sua faculdade onde é raro ver preto
Nós não habitamos os mesmos lugares
'Cê falar que sente o mesmo que os meus não é normal
E só lembrar que preto existe quando morre
É aceitar que ou preso ou morto já é algo cultural*

*'Cês não vão mudar porra nenhuma
Mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma
Descartável igual o cigarro que 'cê fuma
Pra você foi só mais um e não muda porra nenhuma*

*'Cês não vão mudar porra nenhuma
Mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma
Descartável igual o cigarro que 'cê fuma
Pra você foi só mais um e não muda porra nenhuma (porra nenhuma)*

*Quero que continue a subir
(Mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma!)
Mesmo com a ideia de me ver partir
('Cês não vão mudar porra nenhuma!)
Olha só o que eu construí
(Mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma!)
As palavras tortas, eu não me arrependi
('Cês não vão mudar porra nenhuma!)*

Se eu tivesse um pedido seria

Luta por mim!

Se eu tivesse um pedido seria

Luta por mim!

Eu não vou morrer

Eu não vou morrer

Eu não vou morrer

Eu não vou morrer

Eu não vou morrer

Eu não vou morrer

Eu não

Eu não

Eu não vou morrer

Eu não

Eu não

Eu não vou morrer”

Jup do Bairro e Mulambo, 2020¹

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=uaBu8BAzyHs>

RESUMO

Este trabalho investiga o sistema de atendimento socioeducativo no Brasil, com foco na juventude inserida no sistema. Os objetivos incluem analisar as práticas e políticas desse sistema, compreender as implicações do racismo e da precariedade, e propor alternativas transformadoras. A pesquisa se baseia em revisão bibliográfica. Este estudo busca abordar problemas recorrentes no sistema de atendimento socioeducativo, especialmente em relação à juventude negra. É fundamental compreender as causas e consequências do racismo e da precariedade nesse contexto para desenvolver políticas públicas mais eficazes. A pesquisa utiliza uma abordagem interdisciplinar, com revisão bibliográfica abrangente. A análise bibliométrica das publicações acadêmicas recentes é parte integrante do método, assim como utiliza-se a nuvem de palavras para análise dos discursos disseminados nas produções acadêmicas sobre o tema. Os resultados lacunas na literatura e tendências de pesquisa que podem orientar futuros estudos, como a baixa incidência de estudos da área de conhecimento da Educação e do Direito, por exemplo. Ainda, na análise dos discursos acadêmicos, observou-se que nenhuma produção considerou o racismo em suas análises. Este trabalho ressalta a importância de reconhecer o racismo e a precariedade como problemas centrais no sistema socioeducativo. Propõe a aplicação de abordagens críticas, inspiradas por Paulo Freire e Ignacio Martín-Baró, para promover mudanças efetivas e políticas públicas mais inclusivas.

Palavras-chave: Racismo. Juventude. Medidas Socioeducativas. Educação. Revisão Bibliográfica.

ABSTRACT

This work investigates the socioeducative system in Brazil, with a focus on the youth within the system. The objectives include analyzing the practices and policies of this system, understanding the implications of racism and precariousness, and proposing transformative alternatives. The research is based on a bibliographic review. This study seeks to address recurring issues in the socioeducative system, especially concerning black youth. It is essential to understand the causes and consequences of racism and precariousness in this context to develop more effective public policies. The research employs an interdisciplinary approach, with a comprehensive bibliographic review. Bibliometric analysis of recent academic publications is an integral part of the method, as is the use of word clouds for analyzing the discourse disseminated in academic productions on the subject. The results reveal gaps in the literature and research trends that can guide future studies, such as the low incidence of studies in the fields of Education and Law, for example. Furthermore, in the analysis of academic discourse, it was observed that no production considered racism in its analyses. This work emphasizes the importance of recognizing racism and precariousness as central problems in the socioeducative system. It proposes the application of critical approaches, inspired by Paulo Freire and Ignacio Martín-Baró, to promote effective changes and more inclusive public policies.

Palavras-chave: Racism. Youth. Juvenile Justice System. Education. Bibliographic Review.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Gráfico de representação da distribuição por raça/cor de adolescentes em cumprimento de MSE de internação entre dezembro de 2022 a março de 2023 | 36 |
| Figura 2 - Distribuição da produção por áreas do conhecimento (n=84) | 52 |
| Figura 3 - Nuvem de palavras gerada a partir do resultado de 84 artigos | 57 |
| Figura 4 - Nuvem de palavras gerada a partir dos 84 artigos, com recorte do autor | 58 |
| Figura 5 - Nuvem de palavras gerada a partir dos 14 artigos da área de Educação | 61 |
| Figura 6 - Nuvem de palavras gerada a partir dos 07 artigos da área de Direito | 63 |
| Figura 7 - Nuvem de palavras gerada a partir da categoria de análise junto aos adolescentes | 68 |
| Figura 8 - Nuvem de palavras gerada a partir da categoria de análise conceitual/política | 71 |
| Figura 9 - Nuvem de palavras gerada a partir da categoria de análise junto à unidade familiar dos adolescentes | 73 |
| Figura 10 - Nuvem de palavras gerada a partir da categoria de análise junto aos trabalhadores | 75 |
| Figura 11 - Nuvem de palavras gerada a partir da categoria de revisão bibliográfica | 76 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Distribuição da produção por ano de publicação (n=84) | 49 |
| Tabela 2 - Distribuição da produção por área de conhecimento (n=84) | 50 |
| Tabela 3 - Distribuição da produção por autores (n=84) | 52 |
| Tabela 4 - Distribuição da produção por periódico de publicação (n=84) | 54 |
| Tabela 5 - Distribuição da produção por ano de publicação (n=17) | 65 |
| Tabela 6 - Distribuição da produção por número de citações (n=17) | 66 |
| Tabela 7 - Distribuição da produção por categoria temática (n=17) | 66 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MSE - Medida socioeducativa

LA - Liberdade Assistida

Sinase - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

PPGEdu - Programa de Pós-Graduação em Educação

UFR - Universidade Federal de Rondonópolis

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| Como está organizada essa dissertação? | 19 |
| 1 – SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO PRA VALER! MAS VALER O QUÊ, MESMO? | 21 |
| 2 – APROXIMAÇÕES PROFISSIONAIS E TEÓRICAS SOBRE O SISTEMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO | 29 |
| 2.1 – Delimitando o objeto de pesquisa | 29 |
| 2.2 – Qual o projeto de juventude fomentado pelo sistema de atendimento socioeducativo? | 31 |
| 2.3 – Caminhos para a discussão | 33 |
| 3 – A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O SISTEMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL E SOBRE OS JOVENS NELE INSERIDOS NOS ANOS RECENTES | 40 |
| 3.1 – Delimitando as estratégias de busca pela produção de conhecimento..... | 41 |
| 3.2 – Uma discussão sobre as palavras-chave e o que estas representam | 43 |
| 3.3 – As formas de investigação da pesquisa bibliográfica | 46 |
| 3.4 – Panorama geral da produção de conhecimento..... | 47 |
| 3.5 – Principais conteúdos abordados na produção recente sobre o tema..... | 56 |
| 3.6 – Contraponto entre os conteúdos das áreas de Educação e de Direito | 60 |
| 3.7 – O que tem se disseminado sobre o conhecimento produzido?..... | 64 |
| 3.8 – Identificando os conteúdos veiculados nos estudos sobre o atendimento socioeducativo por categoria temática | 67 |
| 3.8.1 – Discursos da categoria de análise junto aos adolescentes..... | 68 |
| 3.8.2 – Discursos da categoria de análise conceitual/política..... | 70 |
| 3.8.3 – Discursos da categoria de análise junto à unidade familiar dos adolescentes..... | 72 |

| | |
|--|-----------|
| 3.8.4 – Discursos da categoria de análise junto aos trabalhadores..... | 74 |
| 3.8.5 – Discursos da categoria de revisão bibliográfica..... | 76 |
| 3.9 – Racismo: por quê a palavra se faz ausente nos discursos acadêmicos? .. | 77 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 80 |
| REFERÊNCIAS..... | 84 |

INFÂNCIA PERDIDA

Apontado como "terror", bandido de 16 anos é executado a tiros

O adolescente já tinha passagens pela Polícia em crimes de roubo, furto, tráfico e porte ilegal de arma de fogo

TÉO GOMES
Da Reportagem



2

Eu conhecia o adolescente a quem essa manchete se refere. Não sei se algum de vocês, leitores, o conhecia também. Daqui de onde eu me lembro dos meus encontros com ele, me pergunto se alguém que vier a ler essa dissertação de mestrado também o conheceria. Imagino que não.

Ele morava em uma casa muito simples e não acabada em uma vila conhecida pela vulnerabilidade socioeconômica que ali se manifesta. Tinha como responsáveis trabalhadores braçais. Seu pai vendia sua força de trabalho para a construção civil, talvez construindo casas até melhores do que a que viviam. Sua mãe trabalhava com a agricultura familiar, cultivando alimento para sua família e para outras. A irmã, que lhe dava apoio e orientações, trabalhava como garçonete no período noturno.

Esse menino era esperto, ágil. Se desdobrava em algumas funções que tinha nesse pouco tempo em que o acompanhei: trabalhava junto a sua mãe na agricultura familiar, vendia legumes e verduras frutos do seu trabalho e de sua família nas feiras da cidade, cuidava de suas sobrinhas para que a irmã pudesse trabalhar e ia à escola.

Em sua morte, lhe disseram bandido, terror.

Atribuíram a ele a prática de diversos atos infracionais. Em sua vida curta, foi mais do que isso. Só que nesse pouco tempo, foi selecionado ainda em vida por um sistema organizado para lhe tirar as outras possibilidades de ser lembrado: tio, feirante, estudante, agricultor, filho, adolescente, menino.

E ele era um menino negro.

² Fonte: <https://www.diariodecuiaba.com.br/policia/apontado-como-terror-bandido-de-16-anos-e-executado-a-tiros/542607>

INTRODUÇÃO

Com essa lembrança acima narrada sobre a morte de um adolescente que estava em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) de liberdade assistida (LA) e, por isso, tivera contato comigo na minha prática profissional, é que gostaria de anunciar algumas coisas sobre essa dissertação.

A motivação para a realização desta pesquisa e para a escrita desse texto se apresenta para mim de forma conflitante. Tenho trabalhado em um serviço que compõe o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) há quase cinco anos. Decorrente deste tempo, me surgem algumas inquietações que acredito ser necessário discuti-las em outros espaços.

Sinto que os problemas vivenciados na rotina do trabalho podem ser esmiuçados para que tanto eu possa compreendê-los como outras pessoas envolvidas no Sinase possam refletir sobre, observar recorrências e determinar as relações que mantêm a repetição dos mesmos problemas ano após ano. Sei que as impressões dos adolescentes e de seus familiares sobre a trajetória que vivem depois de inseridos no sistema de atendimento socioeducativo precisam ser, para além de acolhidas, reconhecidas como fontes principais de análise sobre a condução do Sinase no Brasil.

Essas inquietações parecem se opor, pois acompanho e identifico diversas situações de falhas e de desproteção no atendimento socioeducativo enquanto busco, na minha condição de operador desta política de atendimento, alcançar formas de proporcionar diferentes vivências aos adolescentes que são inseridos neste sistema.

Por isso, essa pesquisa e esse texto se fizeram nesse jogo de forças. Ainda que eu perceba na prática profissional e, por meio dos estudos e pesquisas realizados a partir da minha inserção em um programa de mestrado, nomeie que o sistema socioeducativo opera a partir de um projeto de extermínio da juventude negra, encontro-me buscando possibilidades de reflexão sobre tal constatação com os demais envolvidos na execução desta política de atendimento para que haja uma possibilidade de que esta situação possa, num futuro, ser discutida da forma aberta e direta que precisa ser para a sua superação.

Enquanto me dedico a estudar o sistema de atendimento socioeducativo e suas relações com o projeto brasileiro para a juventude, seja desde sua concepção às práticas de sua execução nos dias atuais; dos estudos e pesquisas acadêmicas sobre

a área; dos dados institucionais e de pesquisas sobre a organização, experiências profissionais e relatos de adolescentes sobre este atendimento buscarei explorar as relações acima destacadas e como estas relações estão sendo discutidas nos espaços de produção e veiculação do conhecimento acadêmico.

A breve descrição do que me lembro sobre a vida e a morte do menino chamado de bandido pela mídia e pelo Estado retoma alguns eixos principais de discussão dessa dissertação: a perspectiva de que o projeto do Estado brasileiro para sua juventude segue uma lógica disciplinar, de enquadrar subjetividades à determinadas funções sociais, em estreita relação com a lógica da política de segurança pública que é a de necropolítica de Achille Mbembe (2018) e de que o sistema de proteção social do estado nem sempre funciona como bem deveria – o desamparo como projeto de estado e a indução de precariedade (BUTLER, 2018) na vida daqueles que devem ser exterminados se faz quando a proteção social e os sistemas não funcionam, sendo eles de saúde, de assistência social, de educação ou de atendimento socioeducativo.

Hoje consigo observar essas questões após a minha inserção como aluno regular do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) no ano letivo de 2020. Assim, essa dissertação é produto de anos de estudos arrastados até agora pelas questões da pandemia de Covid-19, da reorganização da proposta de pesquisa e metodologia e, também, pela minha jornada de trabalho.

Talvez, por isso, percebo que a construção dessa dissertação vem desde há alguns anos. Meu objetivo em acessar a pós-graduação era mais como um passo esperado após a formação de psicólogo, mas meu problema de pesquisa não estava tão perceptível. Em 2018, ensaiei alguns esboços em tentativas de delimitar um tema de pesquisa que dialogasse com a minha proposta para uma prática profissional da psicologia que seja crítica e transformadora.

Na época, eu trabalhava com a população em situação de rua por estar inserido em um serviço público municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tanto ouvi em diferentes espaços e de diferentes pessoas que a pessoa em situação de rua tem direito a permanecer na rua que acabei por acolher essa proposta como uma verdade e uma vertente da atenção psicossocial ofertada em meu serviço. Ao me dedicar aos estudos para ingresso no mestrado, comecei a me questionar sobre esse discurso. Por que a pessoa em situação de rua tem direito a continuar em

situação de rua, mas o poder público não tem o dever de garantir direitos básicos como moradia, por exemplo?

A partir dessa indagação e ao longo dos estudos em que me dediquei à questão do sistema de atendimento socioeducativo, pude perceber que a denúncia do racismo e da forma como este opera em articulação com o conceito de necropolítica são as questões principais que me motivam ao estudo e à escrita. Me motivam a buscar alternativas possíveis, apresentando problematizações que nos levem à reflexão para a construção de modos de relação e de políticas públicas efetivas na diminuição dos efeitos reais do racismo.

Como está organizada essa dissertação?

Após esta breve contextualização sobre o que me motiva a discutir a juventude inserida no sistema de atendimento socioeducativo, cabe como uma forma de apresentação do conteúdo trabalhado nesta dissertação uma breve descrição dos seus capítulos e organização.

A apresentação do sistema socioeducativo e o contexto histórico que envolve esta política de atendimento e a aplicação das medidas socioeducativas desde a sua concepção à sua prática atual é o cerne do **capítulo 1**, onde serão discutidas as correspondências de formação da sociedade quanto à implementação da chamada legislação menorista e o seu contraponto, a doutrina de proteção integral à infância e adolescência, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Questionamos aqui este contraponto: a doutrina da situação irregular foi superada?

Então, eu dou sequência a discussão da minha aproximação com este tema no **capítulo 2**, em que apresento a delimitação do tema de pesquisa a partir de minha prática profissional enquanto teço alguns questionamentos sobre relações observadas nesta prática profissional. Tais questionamentos são algumas das inquietações para esta pesquisa. Posteriormente, apresento brevemente alguns referenciais teóricos que são próximos dos meus interesses de estudo e outros que se mostraram importantes para a construção dessa dissertação.

O **capítulo 3** desta dissertação apresenta, a partir de uma pesquisa abrangente das publicações de produções acadêmicas dos últimos cinco anos relacionadas ao sistema de atendimento socioeducativo no Brasil, os principais tópicos de pesquisa a

partir de uma análise bibliométrica, tendências, teorias e lacunas existentes na literatura recente, destacando suas contribuições e limitações. compreender como esta dissertação pode contribuir para o cenário de problematização acerca do atendimento socioeducativo.

As **considerações finais** são apresentadas como forma de observação e provocação a quem entra em contato com essa dissertação sobre a realidade conhecida e aqui compartilhada. O que os discursos acadêmicos tem discutido sobre o atendimento socioeducativo? E, principalmente, o que não tem sido discutido e nem nomeado? As contribuições de Paulo Freire e Ignacio Martín-Baró são apresentadas de forma a levantar bases para discussões futuras em que se pense as possibilidades de transformação a partir das dificuldades e violências publicamente reconhecidas.

1 – SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO PRA VALER! MAS VALER O QUÊ, MESMO?

Recentemente eu participei de um evento que tinha o nome “Sinase pra valer!”. Eu tinha expectativas boas para o evento. Soube do mesmo por orientação das minhas superiores no meu trabalho. A secretária municipal de promoção e assistência social recebeu a convocatória para participar e/ou providenciar que tivessem participantes do município de Rondonópolis neste evento.

Como eu sou trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sou o único profissional a executar o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) no município de Rondonópolis, fui orientado sobre o evento e recebi tal orientação com ares de importância.

Este evento estava sendo organizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), atualmente sob a gestão do ministro Silvio de Almeida. Sim, ele mesmo, o autor do livro “Racismo Estrutural”, que é uma obra reconhecida nacional e internacionalmente como um dos mais importantes estudos recentes no campo das relações raciais.

O evento seria em Goiânia/GO para toda a região do Centro-Oeste. A secretária municipal indicou que eu fosse presencialmente participar do evento, pois uma iniciativa do MDHC nessa nova gestão do governo federal para se discutir o Sinase após longos anos de falta de ações de monitoramento, produção de dados oficiais e integração dos serviços poderia representar mudanças positivas na lógica de sua organização. O documento “Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE” (BRASIL, 2013) tem sua validade somente até este ano. Então, é o momento, também, de reorganização desta política pública.

Por motivos alheios a minha vontade, não participei presencialmente do evento. Ainda assim, o mesmo foi um evento híbrido em que estava prevista a participação presencial e virtual. Nos dois dias do evento, estive disponível para a participação virtual e assisti a todas as atividades realizadas como a mesa de abertura, painéis, rodas de conversa e apresentações culturais.

Um evento realizado pelo MDHC sob a gestão do Silvio de Almeida pra se discutir o sistema de atendimento socioeducativo? Bom demais! Eu tinha certeza que

as questões certas seriam levantadas. Eu sabia que, mesmo de longe, assistiria a profissionais que levantariam os problemas da seletividade do sistema de justiça. Sabia que reconheceria minha frustração em outros profissionais ao apresentarem as dificuldades e as faltas de investimento nos seus serviços para a oferta de um mínimo aos jovens e familiares inseridos no atendimento socioeducativo. Com certeza, eu veria pesquisadoras denunciando que o cerne dos problemas do atendimento socioeducativo está no racismo. Com a necessária avaliação do último – e único – plano decenal de atendimento socioeducativo para a formulação do próximo, eu já vislumbrava que alguém levantaria a discussão sobre a revisão dos princípios e diretrizes para o Sinase: *“medidas de internação não!”*, pensava eu, sobre as proposições e interjeições que eu ouviria.

As minhas expectativas ficaram pelo caminho.

A participação virtual no evento foi ok, mas não me proporcionou um espaço de participação ativa. O espaço para envio de mensagens da plataforma utilizada esteve desativado na maior parte do tempo, tendo sido aberto apenas em dois momentos para que quem estivesse participando de modo online pudesse enviar alguma pergunta ou contribuição para a mesa específica que se encerrava quando abriram o “bate-papo”. Então parte do que compartilho com vocês aqui é por não ter encontrado espaço para compartilhar durante o evento.

2023 completam 10 anos do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, um documento que, assim como outros planos decenais de políticas públicas, deve orientar o planejamento, a construção, a execução, o monitoramento e a avaliação dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais Decenais do Sinase. É um instrumento importante para a qualificação do atendimento socioeducativo.

A Lei 12.594/2012, conhecida como Lei do Sinase, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, dentre outros atos, completou 10 anos em 2022.

Dentre a legislação e documentos oficiais que orientam a execução desta política de atendimento, destaco essas duas e seus marcos temporais para reforçar a minha observação de que, neste ano e no evento divulgado, a complexidade das discussões deveria ser definidora para, por exemplo, os próximos 10 anos de gestão pública. O discurso, agora, sobre atendimento socioeducativo deveria levantar o que é de mais premente para evitar as inúmeras situações de violências e inseguranças

vivenciadas por adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo por todo o Brasil. Para além disso, o foco da análise deveria se voltar às formas de superação das condições de opressões estruturais que se manifestam nos espaços de atendimento socioeducativo. Deveria-se abordar o racismo que opera nos diversos dispositivos da sociedade brasileira.

Compartilho essa análise para indicar que ainda em 2023 esta temática carrega concepções históricas que impossibilitam a vivência de condições dignas pelos adolescentes em atendimento socioeducativo. Em um evento de organização do governo federal, do MDHC e com representações das 4 unidades federativas do Centro-Oeste, ninguém abordou o racismo como um problema inerente e constituinte do atendimento socioeducativo no Brasil. O termo “racismo” não apareceu em nenhuma das falas das mais de 30 pessoas que compuseram mesas ou foram responsáveis por algum painel.

Entendo que era um evento divulgado como um ponto inicial para a avaliação do sistema socioeducativo e para a integração dos serviços referente às medidas socioeducativas de privação de liberdade e daquelas acompanhadas em liberdade. No entanto, o levantamento dos problemas era algo fundamental, em minha opinião. O que vi foi discussão sobre como os serviços estão adequados às normativas e sobre as oportunidades que os adolescentes podem ter ao ficarem privados de liberdade para o cumprimento de uma MSE de internação por mais de 1 ano, por exemplo.

Além disso, o evento considerou a participação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Já que era um evento de avaliação, nada mais justo que estes tivessem espaço para falar sobre algo que lhes impacta atualmente e que, no futuro, impactará na vida de outros adolescentes. Eu também fiquei com expectativas boas sobre essa participação. No entanto, não vi nenhuma proposta de análise ou avaliação do sistema socioeducativo pelos adolescentes. O que houve foi uma exposição desnecessária daquelas meninas e meninos, acentuada por perguntas de cunho moralizantes e culpabilizantes.

Nenhum palestrante ou autoridade estadual ou nacional mencionou o termo “racismo”. Ainda assim, ele estava lá presente. É racismo quando um aparato do estado que está “tutelando” adolescentes pela aplicação de uma medida socioeducativa de restrição de liberdade os coloca em um palco e um representante do estado lhes pergunta algo no sentido a seguir: *“Sabemos que vocês têm poucas oportunidades na vida de vocês. Vocês podem nos dizer o que vocês aprenderam*

depois que entraram no socioeducativo?”. Parece ingênuo demais realizar uma pergunta dessas, mas, é assim que as práticas racistas tem justificado que o Sinase não seja pra valer.

O Sinase tem um conjunto de regras, princípios e diretrizes que dialogam com aqueles promulgados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, em teoria, apresentam uma proposta que prima pela oferta de proteção social e garantia de direitos. A restrição de direitos como a que acontece na aplicação de medidas socioeducativas privativas de liberdade devem ser entendidas como último recurso, priorizando-se a integração dos adolescentes à sua família e comunidade.

Aqui, então, pretendo apresentar um breve histórico sobre o atendimento socioeducativo, como o mesmo é organizado nos dias de hoje e quais as marcas históricas da legislação brasileira podem ser identificadas nos instrumentos legais ainda hoje. Apresentei este exemplo do evento “Sinase pra valer!” para fazer um contraponto nessa dissertação.

Se o Sinase fosse pra valer, como deve ser mesmo, será que teríamos tantas situações de violações de direitos identificadas? Será que o número de adolescentes internados – ou seja, em centros de atendimento socioeducativos de privação de liberdade – teria aumentado em 10,3% do ano de 2021 para o de 2022, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023?

Referir-se ao sistema socioeducativo é discutir o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), instituído pela Lei do Sinase (Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012), que é constituído por um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios para execução de medidas socioeducativas nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. A instituição do Sinase se fez necessária para regulamentar a execução de medidas socioeducativas aplicadas a jovens e adolescentes a quem se atribui a prática de atos infracionais, sendo que as medidas socioeducativas foram instituídas com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), oficializado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

Conforme preconiza o ECA (Lei 8.069/90) em seu artigo 103, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal (BRASIL, 1990). Já as medidas socioeducativas caracterizam-se como respostas à prática de ato infracional nas formas vistas abaixo:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semi-liberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (BRASIL, 1990).

De acordo com trecho destacado acima, diversas são as medidas socioeducativas possíveis de serem aplicadas a adolescentes como consequência à prática de ato infracional. Nessa organização, comumente diz-se que são seis as medidas socioeducativas possíveis de serem aplicadas pela autoridade competente da justiça da infância e juventude ou correspondente nas comarcas do poder judiciário brasileiro. Realmente, são seis. No entanto, está prevista, também, a aplicação de qualquer uma das medidas de proteção previstas no artigo 101. Se a aplicação de uma dessas vier a ocorrer em um processo de apuração de ato infracional, torna-se, também, uma medida “socioeducativa”.

As medidas socioeducativas são apresentadas em uma lógica que se pressupõe a intensificação da gravidade do ato infracional para sua aplicação. Assim, as duas primeiras que são a de advertência e a de obrigação de reparar o dano são medidas aplicadas diretamente pela autoridade competente do poder judiciário e não requerem o acompanhamento por algum órgão do poder executivo.

Já as MSE de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, são aquelas a serem cumpridas em meio aberto – ou seja, sem a privação de liberdade – que requerem o acompanhamento de uma equipe técnica e/ou de orientadores socioeducativos. Nestes casos, para a aplicação de qualquer uma delas, pressupõe-se a necessidade de intervenção em alguma situação vivenciada pelo adolescente, visando a ruptura com a trajetória de prática de ato infracional. Já as medidas socioeducativas que implicam a restrição de direitos são as de semiliberdade ou de internação, em que se requer a permanência do adolescente em estabelecimento de reclusão.

Retomo a Lei do Sinase (Lei 12.594/12) para que se possa compreender os objetivos da aplicação das medidas acima elencadas, dispostos da seguinte maneira em seu Parágrafo 2º do Artigo 1º:

§ 2º Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:

I – a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III – a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (BRASIL, 2012).

Um elemento interessante a se considerar é o momento de elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, de modo a entender as concepções que pautaram tais formulações das medidas socioeducativas. Em diálogo com produções acadêmicas mais recentes, pode-se pensar que a atividade socioeducativa da medida de liberdade assistida está baseada em uma ideologia neoliberal que de maneira ampla orienta a prática socioeducativa.

De acordo com a recente pesquisa de doutorado de José Roberto Oliveira Santos (2021), psicólogo e pesquisador da temática dos adolescentes inseridos no sistema de atendimento socioeducativo, a MSE de LA impõe supervisão pedagógica e busca reinserir o adolescente na escola e no mercado de trabalho, alinhando-se com objetivos de disciplinar o jovem e torná-lo disponível para o sistema capitalista.

Além disso, ela cria uma linha tênue entre liberdade vigiada e privação de liberdade, alertando o adolescente sobre as possíveis consequências judiciais e enfatizando a responsabilidade individual ou, no máximo, a culpabilização da família no processo. Em resumo, essas medidas socioeducativas levantam preocupações quanto à sua lógica coercitiva e seu papel na responsabilização individual dos adolescentes infratores.

O que o autor José Roberto Oliveira Santos levanta no trecho acima é o que se fala sobre a superação da Doutrina da Situação Irregular pela Doutrina da Proteção Integral quando se pensa direitos de crianças e adolescentes no Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. E isso tem influência, até hoje, nas legislações construídas para o atendimento socioeducativo e, principalmente, nas concepções compartilhadas

por pessoas e pelo Estado sobre as infâncias e juventudes precarizadas, de origem das classes populares e negras.

A história dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil é um reflexo das transformações sociais e políticas que ocorreram ao longo do século XX e início do século XXI. O Código de Menores de 1927 representa um marco histórico na abordagem das questões relacionadas à infância e à juventude, mas também carrega consigo uma perspectiva paternalista e assistencialista. Esse ordenamento jurídico estabeleceu a doutrina da "situação irregular", que tratava crianças e adolescentes que tivessem algum comportamento ilícito à luz do Código Penal como infratores que precisavam ser corrigidos e reabilitados, muitas vezes relegando-os a condições precárias em instituições correccionais.

No entanto, a luta por uma abordagem mais progressista e humanitária ganhou força, e o segundo Código de Menores, promulgado em 1979, representou um avanço ao reconhecer a necessidade de proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes. No entanto, ainda mantinha elementos de controle social e segregação. A transformação na legislação e nos aparatos legais veio com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. O ECA trouxe uma abordagem baseada nos direitos humanos, estabelecendo a Doutrina da Proteção Integral, que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, garantindo-lhes dignidade, participação e proteção contra todas as formas de violência e negligência.

Apesar dos avanços significativos representados pelo ECA, resquícios da legislação menorista ainda persistem no sistema de atendimento socioeducativo atualmente. Muitas instituições que deveriam promover a ressocialização ainda adotam práticas punitivas e a superlotação e a falta de estrutura adequada em unidades socioeducativas são problemas recorrentes, como possível de ser observado na problematização apresentada abaixo:

Portanto, apesar da modernidade do SINASE (BRASIL, 2006a), notamos que há todo um lastro de conceitos e de práticas que é reproduzido e atualizado. De maneira muito sutil, ou mesmo explícita, propõem-se a disciplina e a correção (acreditamos que não no sentido de castigo, apesar das inúmeras denúncias relatadas nos centros de internação, mas no sentido clássico de "corrigir diversas falhas de personalidade, caráter" do adolescente). Isso demonstra que ainda lidamos com a culpabilização individual do adolescente pelo seu envolvimento com a violência e busca-se seu controle por meio de estratégias e práticas pedagógicas. Consequentemente, ocorre um esvaziamento de questões centrais da sociedade brasileira tais como

a pobreza, a desigualdade, a exploração, a concentração de renda, a precarização de direitos, os preconceitos, entre outras (SANTOS, 2021, p. 116-117).

2 – APROXIMAÇÕES PROFISSIONAIS E TEÓRICAS SOBRE O SISTEMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O que move uma pesquisa? Os problemas a serem identificados e elucidados junto as contribuições teóricas de diferentes autores é o horizonte a ser alcançado, para que a pesquisa sirva, também, à possibilidade de mudança social. No entanto, algo anterior move este pesquisador. Da prática profissional e da minha aproximação com algumas correntes de pensamento, seguem considerações que apresentam e justificam a aproximação e a escolha deste tema.

2.1 – Delimitando o objeto de pesquisa

Da minha inserção e prática profissional enquanto psicólogo no atendimento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto é que surgiram as primeiras inquietações a respeito das práticas educacionais e das concepções filosóficas que embasam o atendimento socioeducativo no qual emprego minha força de trabalho.

O estudo da educação formal e não formal faz sentido ao ter que compreender a formação humana nos seus mais diferentes espaços ao mesmo tempo em que devo trabalhar para garantir o acesso e permanência em instituições de ensino regular e pautar minha atuação numa prática de orientação socioeducativa e de garantia de direitos individuais e sociais aos meninos, meninas e famílias que acompanho.

A pesquisa em educação, então, seria um exercício que me possibilitaria pensar e questionar minhas próprias práticas e vislumbrar possibilidades de mudanças a partir das problematizações decorrentes deste processo.

Faço, então, um lembrete a mim mesmo e aos demais colegas de profissão: a primeira exigência do psicólogo revolucionário é a sua qualidade científica (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 26-28), sendo que sua qualidade profissional não pode se apoiar em estruturas de poder, mas na profundidade de seu conhecimento e em sua capacidade de responder aos novos problemas e exigências no processo revolucionário ou, em palavras minhas, de transformação social.

De certa forma, acredito ser importante reconhecer que um dos meus objetivos ao escolher esta temática para estudo e pesquisa em um programa de pós-graduação

em educação a nível de mestrado foi o de fortalecer a mim teoricamente para o exercer o papel de psicólogo frente ao contexto da juventude em atendimento no sistema socioeducativo em Rondonópolis – MT.

Aqui, considero importante fazer uma retomada sobre o sentimento conflitante que apresentei na introdução sobre minhas motivações para a pesquisa dessa temática. Fortalecer-me teoricamente para o exercício profissional é um dos pilares que tem sustentado o estudo da temática e a articulação da realidade vivenciada no dia a dia do trabalho com o conhecimento que tenho adquirido nesses anos após a inserção no programa de pós-graduação. Também, o desejo de compartilhar minhas observações sobre as situações de violações de direitos vivenciadas pelos adolescentes ao longo do atendimento socioeducativo é o que move essa escrita.

Quais considerações seriam possíveis ou necessárias serem feitas para aprofundar o levantado na questão anterior, considerando ainda, a título de comparação pela falta de publicação de dados locais, as estatísticas do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará de que 61% de adolescentes em privação de liberdade pela prática de ato infracional não estavam inseridos em instituição regular de ensino à data de tal ato (O SOL NÃO É QUADRADO, 2015)?

Como iniciar, então, uma trajetória transformadora e passível de ser acreditada por esta juventude que, majoritariamente, não mais está no sistema educativo e agora, sob determinação judicial em resposta à prática de ato infracional, deve ser inserida no atendimento do sistema socioeducativo para que se alcance, em seu acompanhamento, alguns objetivos previstos em instrumentos legais como no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei do Sinase³?

As concepções funcionalistas da pedagogia parecem ser fortes bases para as práticas educativas neste contexto. Quais outras concepções e bases teórico-metodológicas tem fundamentado as práticas no sistema de atendimento socioeducativo? Seria possível dentro de uma organização histórica de segregação e

³ A Lei do Sinase, ou Lei nº 12.594/2012, é a legislação brasileira que estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). A finalidade do Sinase é garantir a efetivação dos direitos humanos dos adolescentes a quem se atribuem a prática de ato infracional, promovendo sua reinserção social, buscando romper com a trajetória de prática de ato infracional e contribuindo para a redução da violência. O sistema busca proporcionar uma abordagem socioeducativa pautada em princípios como a responsabilização, a cidadania, a dignidade, a participação e a proteção integral. A Lei do Sinase estabelece diretrizes para o atendimento socioeducativo, definindo o papel dos órgãos responsáveis, as formas de execução das medidas socioeducativas, as diretrizes para a organização dos programas e serviços, além dos direitos dos adolescentes inseridos nesse sistema.

extermínio da juventude negra reconhecer práticas de garantias de direitos dentro de um sistema que reiteradamente viola e leva jovens negros à morte? Um esforço deve ser feito para entender estes itinerários de formação (FERREIRA-SANTOS e ALMEIDA, 2012, p. 142-145) pelos quais a juventude pobre e negra é permitida ou levada a vivenciar (ALMEIDA, 2010, p. 61-62).

2.2 – Qual o projeto de juventude fomentado pelo sistema de atendimento socioeducativo?

É imperativo denunciar, desde já, que a juventude a ser atendida pelo sistema socioeducativo se aproxima das estruturas do mesmo com descrédito em sua eficácia, observado empiricamente em seus olhares desconfiados e em seus discursos que relatam as violências já sofridas até que iniciem o acompanhamento no serviço que executo. A a sugerir que o que está por trás da descrença dos jovens nos sistemas educativo e socioeducativo tem a mesma origem: a vivência a que esta juventude é submetida pela aplicação de mecanismos violentos de controle e repressão social.

Em ambos os sistemas, o projeto de juventude do Estado brasileiro parece dialogar. Se um jovem se constrói fora do projeto de juventude fomentado dentro do sistema de educação básica, ele ainda pode ser levado a vivenciar o projeto de juventude sustentado pelo sistema socioeducativo. Ou pode ser levado à morte.

Martín-Baró (1996, p. 8-9), ao analisar a falta de acesso à direitos básicos pelas maiorias populares da América Central em contraste à superabundância das minorias oligárquicas, destaca a aplicação de tais mecanismos e a repressão social como algo que tem mantido uma injustiça estrutural que se constitui na primeira e fundamental violação dos direitos humanos desses povos e, aqui, relaciono com os jovens que chegam ao atendimento do sistema socioeducativo.

No contato profissional com estes jovens, é possível constatar que são submetidos à tratamentos desumanizantes e, principalmente, a violações de direitos ao longo do atendimento referente ao sistema socioeducativo. Embora os procedimentos adotados neste atendimento desde a atribuição do ato infracional até a sua apuração e aplicação de uma medida socioeducativa tenham um aspecto de formação, como todas as práticas humanas tem, estão longe de cumprir com todos os pressupostos legais previstos de modo a garantir os objetivos de transformação e

emancipação social. E é na vivência dessas relações violadoras e desqualificadoras dos jovens em atendimento socioeducativo que reside parte do problema que se mostra como necessário de estudo, considerando que a educação se dá, por meio das relações, do estar-junto, da convivência e ocorre, conseqüentemente, o tempo todo (FERREIRA-SANTOS e ALMEIDA, 2019, p. 158).

Em recente proposta de análise sociológica da violência juvenil em Rondonópolis, apresenta-se a constatação de que os atos infracionais praticados por adolescentes e jovens das classes mais abastadas raramente chegam ao conhecimento das autoridades policiais, eximindo assim a juventude não-pobre da obrigatoriedade do atendimento do sistema socioeducativo (COSTA e SCUDDER, 2017, p. 2).

Assim, a juventude oriunda da elite não tem como itinerários de formação a vivência das barbáries que acontecem no atendimento do sistema socioeducativo. No entanto, a juventude pobre os tem como se fosse requisito para uma certa formação pessoal exclusiva desse grupo da população e pela qual a juventude não-pobre não é submetida. A manutenção das injustiças estruturais continua ocorrendo, também, por conta destas situações de diferenciação às quais as duas juventudes distintas são permitidas vivenciar. O projeto do Estado para a juventude brasileira é o operado a partir do racismo institucional, como argumenta Sousa:

A noção de racismo institucional explica a operação pela qual uma dada sociedade internaliza a produção das desigualdades em suas instituições (...) os aparatos institucionais de uma dada sociedade encontram-se a serviço dos grupos hegemônicos que os criam e fazem com que funcionem para a reprodução do sistema que lhe confere significado e existência. Alguém que esteja operando esse sistema poderá produzir resultados raciais injustamente diferenciados ainda que não tenha intenção de fazê-lo. Embora esse tipo de racismo possa ser de difícil detecção, suas manifestações são observáveis por meio dos padrões de sistemática desigualdade produzida pelas burocracias do sistema, que, por sua vez, ao lado das estruturas, formam as instituições (SOUSA, 2011, p. 80).

É a luz da perspectiva do racismo institucional que me dedico a pensar as particularidades do sistema socioeducativo de Rondonópolis para compreender como o dispositivo da justiça se articula com o dispositivo racial para gerir as políticas de controle e de vida e morte da juventude brasileira. O conhecimento deste fato é algo compartilhado por muitos atores sociais, seja por aqueles que se dedicam ao estudo

da temática, os que atuam no interior desses sistemas ou por aqueles que tomam esse conhecimento por meio da vivência em seu cotidiano ao ter contato com notícias, dados e estatísticas que mostram tal situação.

Há, principalmente, aqueles que adquirem esse conhecimento por conta da vivência própria da negação de sua liberdade, como apontado por Priscilla Scudder (2019, p. 376), que pesquisou sobre as estratégias de sobrevivência e enfrentamento ao projeto de morte e reclusão por adolescentes confinados em um centro de atendimento socioeducativo no estado de Mato Grosso, entre os anos de 2004 e 2006. Em breve leitura sobre as práticas de atos infracionais por adolescentes, a pesquisadora, que também foi orientadora socioeducativa em um centro de privação de liberdade em um período de sua trajetória profissional, afirma que estas práticas “podem ser entendidas entre outras coisas como uma tática de defesa contra o abuso de seu corpo já que têm a certeza de que a morte os aguarda” (2019, p. 376).

Ainda que a morte seja o destino de todo ser humano, para estes jovens a morte é iminente como o próximo passo. Viver com essa certeza não é experienciar a liberdade possível. Nesta análise, a autora reconhece o racismo como a principal opressão estrutural que tem levado jovens negros ao atendimento socioeducativo, às medidas socioeducativas de internação que os privam de liberdade e às medidas socioeducativas em meio aberto, que tem um projeto específico para sua formação.

Então, reconhecendo as dificuldades acima relatadas e que há a seletividade do sistema de justiça e segurança pública no tratamento do Estado em resposta à prática infracional pelos filhos das classes abastadas e pelos filhos das classes pobres, numa organização da necropolítica dentro do sistema socioeducativo, busca-se observar nesta pesquisa qual o projeto de formação para o adolescente no sistema de atendimento socioeducativo.

2.3 – Caminhos para a discussão

Ainda que a legislação que organiza o sistema de atendimento socioeducativo seja datada de anos recentes, precisa-se entender que estes instrumentos legais carregam – ao mesmo tempo em que buscam superar – em si as marcas de suas origens na legislação menorista, tendo sido o Código de Menores (BRASIL, 1927; 1979) a primeira legislação que observava e buscava intervir junto a infância no Brasil.

No entanto, o Código de Menores trazia desde já atenções diferenciadas a infâncias diferenciadas: uma à qual era permitida a qualidade de criança, outra à qual era imposta a condição de menor.

Destaca-se aqui a contribuição de Benelli (2014, p. 133) ao relatar que historicamente, o interesse pela criança pobre fez parte de um projeto político que tinha como meta combater, controlar e submeter o contingente ocioso da população, adequando-o desde a infância às exigências do desenvolvimento do capitalismo. Este discurso sempre ressoou a ideia de transformar a criança pobre em um indivíduo útil e produtivo para a sociedade.

Assim, atualizando essa discussão para a temática de nosso interesse, ou o adolescente conforma-se às condições requeridas para o cumprimento adequado das medidas socioeducativas, como a obrigatoriedade da reinserção escolar e/ou da profissionalização, ou será submetido às demais práticas de controle mais coercitivas dentro do atendimento socioeducativo.

Nesta perspectiva neoliberal, educa-se para a sociedade do consumo e do trabalho, da compulsão e da produtividade, do estresse e da competição, mas a sociedade não se resume a estes aspectos e a educação não se reduz à sua funcionalidade (ALMEIDA, 2010, p. 48). A garantia dos mínimos sociais assegurados pelo Estado de Seguridade Social, obrigatoriedade do Estado brasileiro, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, deve ser observada no acompanhamento dos meninos e meninas em cumprimento de medidas socioeducativas.

Além disso, de acordo com a legislação que rege o sistema de atendimento socioeducativo, a busca pela educação e profissionalização, como formas de emancipação por meio da qualificação e do acesso ao emprego e renda também devem ser priorizados, mas ainda assim é importante refletir sobre posturas vigentes e que podem contribuir para a manutenção de injustiças estruturais e são possíveis de serem analisadas quando da discussão sobre a participação nos processos educativos ou de profissionalização como obrigatórios:

Defendendo o direito à educação, que eufemiza a imposição de sua obrigatoriedade, há os que superestimam seu alcance, não por ingenuidade, mas com a intenção de tornar invisíveis as forças geradoras das desigualdades sociais. (...) Ou se acredita que as desigualdades na sociedade capitalista, regida pelo poder econômico e dirigida por gestores especializados, é resultado da falta de

escolarização dos nossos antepassados ou se reafirma o poder anestesiante (ou reprodutor da ordem sociopolítica vigente) que a educação tem por missão na (con)formação de cidadãos (FERREIRA-SANTOS e ALMEIDA, 2019, p. 151).

Ferreira-Santos e Almeida (2019, p. 151) trazem um ponto de vista interessante ao apresentar a defesa do direito à educação como discurso ideológico com intenção de invisibilizar a manutenção, nos dias de hoje, das condições para a existência das injustiças estruturais.

Ainda, o sociólogo Miguel Arroyo apresenta de forma bastante crítica as suas considerações sobre a importância da reafirmação das lutas pela educação em nossa sociedade tão desigual para que se incentive o pensamento político, social e pedagógico sobre a temática. Em seus questionamentos, o autor dialoga com o abordado acima pelos autores Ferreira-Santos e Almeida e esmiuça o conceito anteriormente apresentado: as práticas no sistema educacional – e aqui, convidamos a estender essa análise para o sistema socioeducativo – tem contribuído para a manutenção das injustiças estruturais. O discurso tem se organizado em uma lógica neoliberal e individualizante que blinda as estruturas sociais e atribui as desigualdades apenas aos indivíduos, suas famílias ou aos grupos sociais a que pertencem. Esvazia-se de sentido as relações sustentadas pelas estruturas sociais na produção das desigualdades.

O pensamento educacional, as políticas, ao destacar essa relação entre igualdade educacional e igualdade social e cidadã, têm sido levados a acumular análises sobre como essa cultura política, social, pedagógica que responsabiliza os grupos sociais vítimas das suas desigualdades tem contribuído para inocentar as estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais e até pedagógicas pela produção dos Outros como desiguais.

(...)

Essa análise tão persistente no nosso pensamento social, político, pedagógico responsabiliza os grupos sociais segregados como desiguais pela segregação histórica que padecem (ARROYO, 2018, p. 1106).

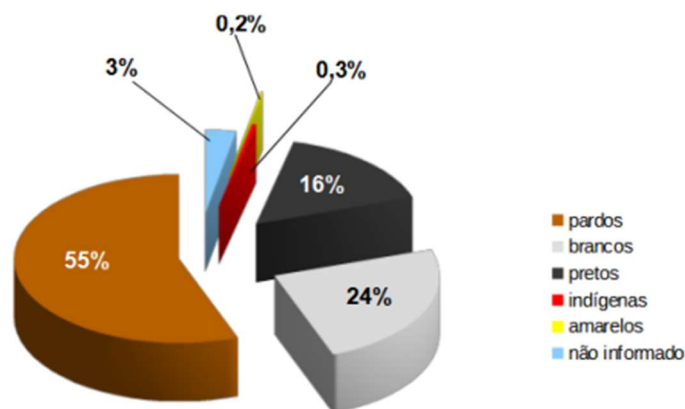
Assim, é possível retornar ao observado inicialmente. A maior parte dos meninos e meninas que estão em atendimento socioeducativo são negros e de classes pobres. Em uma recente pesquisa de doutorado intitulada “Discursos e produção de subjetividade de migrantes-adolescentes em conflito com a lei”, desenvolvida no Programa de Educação e Saúde na Infância e na Adolescência na

Universidade Federal de São Paulo, os pesquisadores Cristiano Almeida e Rubens Sá realizaram uma pesquisa junto aos governos das 27 unidades federativas brasileiras para a construção do que chamaram de “Panorama socioeducativo brasileiro das medidas de privação e restrição de liberdade”. Nessa pesquisa, que coletou dados entre os meses de dezembro de 2022 a março de 2023, observaram-se alguns dados que nos são pertinentes.

Almeida e Sá (2023) informam que haviam 11.074 meninos e meninas em cumprimento de medida socioeducativa de internação durante o período de coleta de dados. Desse universo, a predominância entre os adolescentes é a de jovens não brancos. 71% de todos os adolescentes privados de liberdade entre dezembro de 2022 a março de 2023 eram pretos ou pardos.

O estudo nos informa que nem todos os governos das unidades federativas explicitaram se a identificação racial é por autoidentificação ou heteroidentificação, mas é um dado bastante expressivo que 55% dos adolescentes estão identificados como pardos e 16% como pretos. Já os adolescentes identificados como brancos representavam apenas 24%.

Figura 1 - Gráfico de representação da distribuição por raça/cor de adolescentes em cumprimento de MSE de internação entre dezembro de 2022 a março de 2023.



Fonte: Pathos: Revista brasileira de práticas públicas e psicopatologia.

O destaque a seguir sumariza esse resgate histórico e aponta que ainda temos muito espaço para debate, intervenção e construção de luta para a superação das condições que ainda possibilitam a liberdade à certas infâncias e juventudes e a opressão à outras, identificadas principalmente pelo marcador de raça/cor:

Desse modo, infâncias nuas são vidas de crianças que o Estado, em sua faceta soberana, arranca da categoria social da infância por não se alinharem ao ideário da criança-típica, promovendo a suspensão dos direitos, dos cuidados e da proteção. As infâncias nuas operam, antes de se tornarem vidas nuas, a destituição da infância propriamente dita das vidas das crianças. A infância é-lhes roubada e arrancada. Antes de perguntar que infâncias são dignas de serem vividas, é preciso indagar: que crianças são dignas da infância? É a resposta a esta pergunta que definirá as vidas de crianças que merecem ser protegidas e viver (SALGADO, 2019, p. 386-387).

O niilismo de Estado vigente, explicitado acima, é algo que dialoga com a noção de precariedade induzida social e economicamente a certos grupos populacionais, como apresentado pela autora Judith Butler (2018). Ao se referir às populações que são sistematicamente precarizadas, Butler nos informa que, para determinados grupos, segue em curso uma política de precarização da vida com o Estado colocando-se como um desafio a mais para a existência de pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+, imigrantes ou pessoas com deficiência. Essa precarização se dá pela não implementação de políticas públicas efetivas assim como pela violência aos corpos dessas pessoas que é conduzida e legitimada pelo Estado.

Já Berenice Bento (2018), ao elaborar sobre os conceitos de soberania e biopolítica de Michel Foucault e sobre o de necropolítica de Achille Mbembe, apresenta-nos um novo conceito que ela denomina de necrobiopoder: um conjunto de técnicas de governabilidade de promoção da vida e da morte segundo critérios que estratificam os corpos em categorias dos que podem viver e dos que devem morrer. Ainda, informa-nos da política do medo que é o que respalda a manutenção e eficácia das necrobiopolíticas.

Retomando a leitura de Scudder (2019), em que a mesma apresenta que adolescentes que praticam atos infracionais atuam, também, em resposta e em resistência às violências sofridas, é possível trazer para o diálogo a importante contribuição de Arroyo (2007) de que, há anos, pesquisas já vinham mostrando as conexões entre a violência infanto-juvenil e as violências de que crianças, adolescentes e jovens padecem.

Entretanto, as indagações e as reações enquanto sociedade concentram-se mais na condição de réus e agentes infanto-juvenis de atos de violência do que na sua condição de pacientes e vítimas (ARROYO, 2007, p. 789). Esquece-se da dimensão histórica, política, social e econômica destes fenômenos.

Assim, para esta pesquisa, é fundamental considerar as implicações das questões estruturais na punição seletiva da prática de atos infracionais pelos jovens negros e pobres. O racismo, o classismo, o adultocentrismo e o machismo, por exemplo, influenciam na construção de trajetórias de prática de atos infracionais por meninos e meninas e os levam a esta prática?

Ao abordar o tratamento dispensado aos alunos no ambiente escolar, que não possuem direito efetivo à manifestação de seus interesses e que são refratários aos interesses que emanam do discurso pedagógico que lhes é alheio, afirma-se que estes são tratados como dependentes, incapazes de assumir qualquer responsabilidade, são responsabilizados pela falta de interesse em sua própria emancipação e autonomia (FERREIRA-SANTOS e ALMEIDA, 2019, p. 149). Porém, o tratamento dispensado aos alunos e, também, aos adolescentes em atendimento socioeducativo é apenas um dos mitos criados e desenvolvidos na estrutura opressora, que atuam para sua manutenção.

O estudo das violências sofridas e praticadas pela população infanto-juvenil pode ter diferentes concepções, mas aqui busca-se partir daqueles em contato com o Sistema de Atendimento Socioeducativo.

Em recentes estudos de revisão da literatura produzidos sobre a temática de atos infracionais e medidas socioeducativas nas áreas da educação e da psicologia, verifica-se a predominância de estudos empíricos, conceituados como desenvolvidos no plano prático-experiencial (MOREIRA, GUERRA e DRAWIN, 2017; JIMENEZ e MARQUES, 2018). Tais estudos são seguidos de perto por aqueles referentes ao plano político-institucional, sendo que os estudos do plano teórico-sociocultural figuram no panorama de publicações de forma menos expressiva (MOREIRA, GUERRA e DRAIN, 2017).

Uma análise de destaque de um destes estudos é em relação às condições atuantes na prática de ato infracional, em que Jimenez e Marques (2018) apontam que tanto os adolescentes como seus familiares tendem a responsabilizar a si próprios, excluindo a dimensão social e política do fenômeno.

Esta realidade é parte fundamental para este estudo considerando a necessidade da superação entre o individual e o social, já que não há argumentos biológicos, teológicos, intrapsíquicos etc. que justifiquem a manutenção de uma realidade de opressão e exploração. Ou seja, se nosso caminho está sendo em inferir que majoritariamente as práticas de atos infracionais são decorrentes daqueles

indivíduos que vivenciam violências empregadas contra si próprios – possível apenas numa relação indivíduo-sociedade –, por que em seu discurso a responsabilização pelo ato recai no indivíduo?

Tem-se como horizonte dessa pesquisa o alcance e a construção de um panorama da organização do sistema de atendimento socioeducativo nos anos recentes, de modo que as manifestações do racismo estrutural e institucional possam ser visíveis para a construção do debate sobre a relação de conscientização possível a partir da pesquisa.

3 – A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O SISTEMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL E SOBRE OS JOVENS NELE INSERIDOS NOS ANOS RECENTES

A revisão da literatura é uma etapa essencial na elaboração de uma dissertação de mestrado e no aprofundamento do estudo de questões inerentes ao problema de pesquisa elencado, permitindo ao pesquisador situar seu estudo no contexto atual, identificar lacunas no conhecimento existente e embasar teoricamente sua pesquisa.

Neste capítulo, apresento meu processo de pesquisa sobre a produção de conhecimento recente sobre o atendimento socioeducativo, assim como apresento os resultados dessa pesquisa e teço algumas considerações após esta breve revisão da literatura, explorando os temas recorrentes encontrados nos textos pesquisados.

O atendimento socioeducativo a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas desperta interesse crescente na comunidade acadêmica e nos profissionais dessa área e isso tem se refletido na produção de conhecimento nas áreas de psicologia, educação, sociologia, entre outras. Assim, compreender as práticas educacionais e as concepções filosóficas que as fundamentam é crucial para a efetividade do atendimento aos jovens inseridos nesse sistema e, especificamente para o exercício realizado nesta dissertação, possibilitar a crítica e a problematização da organização do mesmo atualmente.

Com base no estudo das produções recentes sobre o atendimento socioeducativo, apresentado neste capítulo, a problematização deste atendimento será mais próxima de sua organização e concepção em vigência atuais, considerando o fato de que a produção de conhecimento é realizada, geralmente, a partir daqueles que se encontram em contato com a temática analisa.

Ou seja, pesquisadoras envolvidas na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, trabalhadores do sistema socioeducativo em processos de qualificação profissional na pós-graduação ou pessoas sensibilizadas pelas opressões estruturais e por como operam os marcadores de diferença nas vidas das pessoas podem estar envolvidos na produção recente de conhecimento sobre a temática. Assim, a probabilidade de que a pesquisa tenha possibilidades de impacto na vida cotidiana são consideráveis.

Além disso, busca-se compreender os projetos de formação em curso nos diferentes locais onde o atendimento socioeducativo é executado no Brasil. A revisão bibliográfica das produções recentes pode nos indicar concepções de juventude que embasam a manutenção de um projeto de formação específico pelo sistema de atendimento socioeducativo.

A possibilidade de se aproximar de um retrato atual e compreender, por meio do estudo de outros textos acadêmicos, a concepção de juventude e de atendimento socioeducativo compartilhada em diversos locais do Brasil se dá pois a revisão da literatura permite identificar estudos empíricos, teóricos e de revisão que abordam temas relacionados ao atendimento socioeducativo, como práticas educacionais, impactos do sistema socioeducativo na vida dos jovens, políticas públicas voltadas para essa população, abordagens pedagógicas utilizadas nesse contexto e representações sociais e discursivas presentes no imaginário dos operadores desta política pública.

Esse exercício contribui significativamente para aprofundar o conhecimento sobre o atendimento socioeducativo, fornecendo subsídios teóricos e empíricos para embasar a pesquisa e ampliar a compreensão das práticas e desafios enfrentados nessa área. Além disso, a revisão da literatura ajuda a identificar lacunas no conhecimento existente, apontando possíveis direções para pesquisas futuras e contribuindo para o desenvolvimento de políticas e práticas mais efetivas no atendimento socioeducativo.

3.1 – Delimitando as estratégias de busca pela produção de conhecimento

Ao iniciar a análise da revisão bibliográfica, optou-se por acessar a base de dados *Web of Science*. A plataforma *Web of Science* tem se destacado como uma ferramenta importante na condução de pesquisas acadêmicas em diversos campos do saber. Com sua abrangente base de dados, que engloba uma vasta gama de periódicos, bancos de dissertações e teses, conferências, patentes e outras fontes de informação, essa plataforma oferece uma riqueza de recursos analíticos sobre a produção de conhecimento e possibilidades aos estudiosos em busca de aprofundar suas investigações.

Inicialmente, foi necessário um período de ajustes e adaptações das estratégias de busca no mecanismo de pesquisa da base de dados utilizada. Primeiro, ao se utilizar apenas a palavra-chave “socioeducativo”, tinha-se como resultados diversas publicações que abordavam não só a temática do atendimento socioeducativo, mas também os processos de educação não formal que ocorrem em espaços socioeducativos.

Posteriormente, ao utilizar-se da palavra-chave “atendimento socioeducativo”, recebia-se como resultados da pesquisa poucas referências, já que assim a exibição de resultados ficava restrita apenas ao que contemplava “atendimento socioeducativo” em seu título, resumo ou palavras-chave. Outro fator a ser observado é que em ambas as simulações de pesquisa, encontravam-se muitos resultados que estavam em outros idiomas e que eram oriundos de outros países e, assim, não refletiriam a organização e as problemáticas do atendimento socioeducativo no Brasil como almejávamos.

Assim, foi preciso testar algumas combinações de palavras-chaves e combinações com operadores booleanos⁴ para garantir que pudéssemos alcançar o maior número de produções relacionadas ao tema de pesquisa, sem, com isso, incluir outras que não estivessem correlatas ao objeto de estudo.

Então, este estudo baseou-se em um levantamento bibliográfico sobre atendimento socioeducativo e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas realizado em 2023. O mecanismo de pesquisa utilizado foi o portal de indexação de publicações científicas *Web of Science* (<https://www.webofscience.com/>), acessado por meio da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), da qual a UFR é integrante. Para realizar tal levantamento nesta plataforma de pesquisa, delimitaram-se alguns critérios a serem utilizados no mecanismo de busca da plataforma, sendo estes:

(1) todas as bases de dados disponíveis para pesquisa dentro da plataforma *Web of Science* seriam utilizadas, visando um maior alcance da produção;

⁴ Os operadores booleanos são símbolos ou palavras utilizados em buscas em bancos de dados ou motores de busca para realizar pesquisas mais precisas e específicas. Eles permitem combinar termos-chave de maneira lógica, ajudando a restringir ou expandir os resultados da pesquisa de acordo com os critérios desejados.

(2) o intervalo de publicação selecionado seria o dos últimos 5 anos, dado o objetivo de buscar por produções recentes que dialoguem com as práticas e concepções atuais do sistema de atendimento socioeducativo e

(3) se utilizaria de uma extensa combinação de palavras-chave e operadores booleanos, almejando-se estender ao máximo o alcance do mecanismo de pesquisa.

3.2 – Uma discussão sobre as palavras-chave e o que estas representam

Assim, para a realização dessa busca mais abrangente, foi utilizada a seguinte combinação de palavras-chave com o operador booleano “OR”, em associação com os dois outros critérios já apresentados: *“atendimento socioeducativo” OR “sinase” OR “sistema nacional de atendimento socioeducativo” OR “sistema de atendimento socioeducativo” OR “medida socioeducativa” OR “medidas socioeducativas” OR “ato infracional” OR “atos infracionais” OR “adolescente em conflito com a lei” OR “adolescentes em conflito com a lei” OR “jovem em conflito com a lei” OR “jovens em conflito com a lei” OR “autor de ato infracional” OR “autores de ato infracional” OR “autor de atos infracionais” OR “autores de atos infracionais”*.

A sistematização dessas palavras-chave seguiu a lógica de que qualquer resultado possível da busca realizada deveria conter exatamente pelo menos uma das expressões entre aspas. As aspas, na operacionalização deste sistema de busca indicam que só devem ser exibidos resultados que constem exatamente a palavra, expressão e/ou conjunto de palavras entre aspas. Em combinação com o operador booleano “OR”, que em português significa “OU”, indiquei ao mecanismo de pesquisa na base de dados escolhida que buscava por resultados com ao menos uma das palavras-chave.

Dados os valores semânticos das palavras-chave escolhidas, gostaria de apresentar algumas considerações. Para a busca, construí quatro grupos de palavras-chave, sendo que cada grupo contou com quatro expressões entre aspas.

O primeiro grupo de palavras foi *“atendimento socioeducativo”*, *“sinase”*, *“sistema nacional de atendimento socioeducativo”* e *“sistema de atendimento socioeducativo”*. Aqui, as expressões escolhidas indicam que se busca resultados que abordem o sistema de atendimento socioeducativo e não indicam uma carga

semântica a mais. Destaca-se que “sinase”, como grafado, representa a sigla para Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Já as palavras "medida socioeducativa", "medidas socioeducativas", "ato infracional" e "atos infracionais" seguem a mesma lógica do primeiro grupo e indicam objetivamente o que se pretende os resultados de pesquisa abordem. Os terceiro e quarto grupos de palavras são os que fogem à regra dos dois primeiros já que além de apresentar algo de forma objetiva contam com um valor semântico que traz junto representações sociais e concepções da juventude inserida no sistema de atendimento socioeducativo.

Ainda hoje, são expressões comumente utilizadas quando se veicula discursos sobre a temática, seja nos espaços de mídia, produção de conhecimento acadêmico ou no dia a dia das instituições que atendem crianças e adolescentes. Ainda que os grupos de palavras utilizados não apresentem o termo “menor”, a construção semântica dos termos parece que nos indica de onde vem esse adolescente que está em cumprimento de medida socioeducativa. As marcas da legislação menorista permanecem ainda quando dizemos “adolescente em conflito com a lei”, como apresenta Alexandra Simões Marino (2013) em uma reflexão teórica sobre a condição pelas quais a infância passou de forma conceitual na legislação brasileira:

Na história do Brasil encontramos, sobre o termo “menor”, a significação do adolescente e da criança pobre, abandonada e delinquente. Situadas no histórico de nossas leis desde o final do século XIX a partir de seus atos “desviantes”, encontraram na definição do “menor” o título de seu atemporal desprestígio. Somente em 1988, quando da nova Constituição Federal, o termo foi definitivamente abandonado da letra jurídica nacional. Contudo, ainda nos dias de hoje, encontramos o uso recorrente do termo, difundido pelos meios de comunicação, especialmente quando se trata da relação entre o menor de idade e a infração. Tais veículos colaboram para uma visão, a do imaginário social, dicotomizada entre a criança de famílias “estruturadas” (boas e educadas) e o “menor” de famílias “desestruturadas” (pobre e perigoso) (MARINO, 2013, p. 63).

As palavras "adolescente em conflito com a lei", "adolescentes em conflito com a lei", "jovem em conflito com a lei" e "jovens em conflito com a lei" são comumente utilizadas na discussão acadêmica e da mídia sobre meninos e meninas a quem se atribui a prática de um ato infracional. Tais expressões, a meu ver, precisam ser superadas por não representarem uma proximidade com a realidade e focarem apenas na condição de adolescentes ou jovens **estarem** em conflito com a lei. Nessa

concepção, há um risco de que o olhar se volte apenas aos jovens como autores de violência, como transgressores por estarem em conflito com a lei.

O mesmo ocorre com o quarto e último grupo de palavras escolhido. As combinações de "autor de ato infracional", "autores de ato infracional", "autor de atos infracionais" e "autores de atos infracionais" também focalizam a ação nos jovens e os qualificam como os principais responsáveis pela prática infracional, resultando numa concepção individualizante de um fenômeno que, até aqui, temos visto que é multideterminado. A quebra deste paradigma e desta forma de analisar o fenômeno da juventude inserida no sistema de atendimento socioeducativo deve ser repensada.

Sabemos da seletividade do sistema de justiça no Brasil e a mesma incorre, também, na área da justiça designada às questões da infância e da juventude. O uso das expressões acima se deu pela costumeira utilização das mesmas nos espaços de práticas profissionais, estudos e discussões da área de estudo proposta.

Pesquisas vêm mostrando as conexões entre a violência infanto-juvenil e as violências de que crianças, adolescentes e jovens padecem. **Entretanto, as indagações e as reações concentram-se mais na condição de réus e agentes infanto-juvenis de atos de violência do que na sua condição de pacientes e vítimas.** Este dado traz consequências para as pesquisas e reflexões teóricas, sobretudo na educação. Temos pouca reflexão acumulada sobre como a condição de pacientes, vítimas de tantas formas de violência, afeta os processos de socialização, formação intelectual e ética, identitária e cultural, como afeta os processos de desenvolvimento humano de tantos coletivos de educandos. Temos pouco acúmulo sobre os impactos nos processos de aprendizagem escolar das perversas e destrutivas formas com que a sociedade contemporânea vitima os coletivos de crianças, adolescentes e jovens, sobretudo populares. **Deixamo-nos impactar mais pelo quanto nos incomodam suas condutas na sociedade e nas escolas.** Para entender e acompanhar processos de formação desde a infância, o preocupante é que sejam tanto atores quanto vítimas das violências. Que impactos pode ter em suas identidades se saber, desde crianças, segregados como violentos e infratores na sociedade e até nas famílias e nas escolas? (ARROYO, 2007, grifo nosso).

Acima, as indagações de Arroyo (2007) sobre a violência infanto-juvenil à pedagogia resumem o exercício realizado de reflexão sobre a escolha e o uso de tais expressões como palavras-chave. Se em busca do que tem sido produzido e publicado recentemente em pesquisas acadêmicas sobre a temática do atendimento socioeducativo e dos adolescentes inseridos nesse sistema optamos por inicia-la a partir de palavras-chave que carregam essa concepção de que o objeto de pesquisa

se faz mais pela característica de agentes de atos de violência dos adolescentes do que pela condição de terem sido inseridos neste sistema de atendimento socioeducativo, que possui uma concepção específica sobre a juventude e um projeto de formação para a mesma, podemos encontrar referências e produções acadêmicas que ainda não puderam romper com este paradigma.

Desde a Constituição Federal de 1988 e com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, parece haver um esforço daqueles que se dedicam ao estudo dos direitos das crianças e dos adolescentes para a superação do uso desses termos e, conseqüentemente, que sejam trazidos para o discurso outras visões sobre a criança e o adolescente que não a de “menores” como esses termos carregam.

Havia uma alternativa, que seria a busca por “adolescente a quem se atribui a prática de ato infracional” e suas variantes de número (utilizando-se do singular e plural para a construção das expressões). No entanto, ao buscar na base de dados *Web of Science* apenas pela expressão “adolescente a quem se atribui a prática de ato infracional” não encontramos nenhum resultado. Já em termos de comparação, ao buscar por este exato termo na plataforma Google Acadêmico (<https://scholar.google.com/>), encontra-se apenas uma referência, publicada em 2021. Assim, infere-se que tal expressão ainda não tem sido muito utilizada e, portanto, não faria diferença na apresentação dos resultados da busca realizada para essa análise.

3.3 – As formas de investigação da pesquisa bibliográfica

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa em, ao analisar a produção de conhecimento recente sobre a temática obter informações e panoramas da produção e disseminação das produções acadêmicas que possam ser identificadas como potencialidades na problematização do atendimento socioeducativo, optou-se por adotar abordagens metodológicas como a bibliometria e a análise de nuvem de palavras, para fortalecer a fundamentação e a análise deste estudo, assim como possibilitar uma melhor visualização dos temas recorrentes nestes estudos.

A bibliometria, como método de análise quantitativa da produção bibliográfica e científica, desempenha um papel fundamental na pesquisa acadêmica ao oferecer uma abordagem objetiva para avaliar o alcance e o impacto de um determinado campo de estudo. Sua aplicação em pesquisas bibliográficas permite mapear e quantificar as

tendências, as relações entre autores e instituições, bem como as principais áreas de foco na literatura existente.

Assim, a análise bibliométrica dos resultados dessa pesquisa foi realizada majoritariamente com apoio nas ferramentas de análise da plataforma *Web of Science*, que disponibiliza diferentes filtros analíticos e apresenta os resultados com base nas seleções realizadas pelo usuário e, após análise dos resultados, apresento-os em diferentes tabelas abaixo, definidas por alguns critérios como distribuição por área do conhecimento ou autoria dos artigos identificados.

A utilização da nuvem de palavras em pesquisas bibliográficas é uma estratégia objetiva para analisar e sintetizar o conteúdo textual em questão. Essa técnica oferece uma representação visual das palavras mais recorrentes, permitindo uma rápida identificação dos temas e conceitos centrais abordados na literatura acadêmica sobre determinado tópico. No entanto, a interpretação da nuvem de palavras requer o discernimento do pesquisador, pois a frequência de palavras nem sempre reflete sua relevância ou complexidade conceitual.

Assim, para a construção das nuvens de palavras, delimitei que seriam utilizados apenas os títulos e os resumos das produções encontradas. Então, com base nos relatórios gerados pela plataforma *Web of Science*, foram selecionados os títulos e resumos de cada artigo incluído na revisão bibliográfica, tendo sido esses dados salvos em arquivos de texto simples. Posteriormente, com base em categorias de análise construídas a partir do estudo do material encontrado e de alguns critérios definidos, foram geradas 9 nuvens de palavra que serão apresentadas no decorrer deste capítulo.

3.4 – Panorama geral da produção de conhecimento

Os resultados iniciais da pesquisa apresentaram 118 publicações que atendiam aos critérios estabelecidos e apresentados anteriormente. Como o objetivo deste estudo é a observação da produção sobre o conhecimento do sistema de atendimento socioeducativo e os jovens nele inseridos no Brasil, refinei os resultados da pesquisa por meio do filtro “idioma”, tendo selecionado apenas a opção “português”.

Após essa ação, foram apresentados 94 resultados para a pesquisa. No entanto, para ter acesso ao texto completo dessas publicações, decidi aplicar o filtro

"Acesso Aberto". Assim, obtive um resultado final de 84 produções disponíveis para análise. E ainda que o Web of Science seja um portal que englobe produções que vão além de artigos acadêmicos, podendo incluir periódicos, bancos de dissertações e teses, conferências, patentes e outras fontes de informação, só foram encontrados artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais.

A base de dados utilizada nos permite salvar o endereço eletrônico da busca realizada, já inclusos os critérios e filtros aplicados. Então, de forma a proporcionar o acesso integral de quem ler essa dissertação aos resultados da pesquisa, optei por disponibilizar o endereço eletrônico, que é o seguinte: <https://www.webofscience.com/wos/alldb/summary/f6c62fbc-6a37-4e55-b530-b4b15692e7a7-974efb99/times-cited-descending/1>.

No entanto, ao realizar o acesso pelo endereço acima disponibilizado identifiquei que os resultados não são exibidos. Acredito que isso se dá pelo fato de que meu acesso ao *Web of Science* é realizado utilizando-me dos meus dados de login institucional da UFR por meio do portal de acesso à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). Já o link acima me enviaria direto à página de resultados da minha busca e, assim, não passo pelo portal de acesso à CAFe, impedindo a correta apresentação dos dados.

A proposta com essa revisão bibliográfica foi de conhecer a produção científica atualizada sobre o tema no Brasil, a fim de compreender os avanços, desafios e lacunas existentes nesse campo. Como já abordado, para esta pesquisa de mestrado, o interesse encontra-se em observar o projeto para a juventude do estado brasileiro a partir das concepções compartilhadas por aqueles que o estudam, produzem e veiculam conhecimento, que, numa relação dialógica com o campo de estudo, impactam em validações de certas práticas, justificativas de alguns conceitos compartilhados sobre os jovens inseridos nesse sistema e, também, podem possibilitar novas organizações.

A decisão de selecionar produções acadêmicas dos últimos 5 anos para a revisão bibliográfica justifica-se pela relevância em se obter uma análise atualizada do tema em estudo, o sistema de atendimento socioeducativo e o projeto de juventude do estado brasileiro operado neste sistema.

Esse recorte temporal permite incorporar pesquisas recentes que refletem mudanças legislativas, políticas públicas e práticas de atendimento, oferecendo a possibilidade de se observar um panorama da produção do conhecimento sobre o

contexto atual. A escolha também demonstra o objetivo em apresentar uma revisão bibliográfica atual e relevante, destacando a evolução do campo de estudo nos últimos anos e suas implicações para os jovens envolvidos no sistema, para a mudança de paradigmas no atendimento socioeducativo e a superação das situações que permeiam as práticas ainda carregadas de sentidos de legislações e conceitos de outrora.

Tabela 1 - Distribuição da produção por ano de publicação (n=84).

| ANO DE PUBLICAÇÃO | N | % |
|--------------------------|----------|----------|
| 2019 | 26 | 30,95 |
| 2020 | 21 | 25,00 |
| 2021 | 17 | 20,23 |
| 2022 | 12 | 14,28 |
| 2023 | 8 | 9,52 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da base de dados *Web of Science*, 2023.

Na Tabela 1, apresento a distribuição dos resultados encontrados. Das 84 publicações identificadas nesta pesquisa, quase 31% delas foram publicadas no ano de 2019. Então, a cada ano seguinte na ordem cronológica, o número de publicações identificadas nesta busca foi decrescendo, sendo que no ano de 2023 foram publicadas apenas 9 produções até o momento, representando 9,52% dos resultados. Tais resultados, assim como as informações possíveis de serem identificadas na leitura dessas publicações, nos informam do processo de pesquisa, produção e socialização de conhecimento no Brasil.

Alguns dos artigos informam serem resultantes de pesquisas de mestrado ou doutorado conduzidas em um ano específico, tendo tal artigo sido submetido para publicação cerca de um ou dois anos depois, com a sua efetiva publicação ocorrendo meses depois e, às vezes, no ano seguinte à submissão. Assim, é de se esperar que do ano mais distante (2019) até ao qual essa revisão bibliográfica ocorre (2023), o número de publicações seja decrescente pelos fatores destacados.

Já a observação sobre as áreas do conhecimento sob as quais as 84 publicações identificadas nesta revisão de literatura é algo importante para que possamos lançar um olhar para os campos de conhecimento que estão produzindo sobre a temática. Que área do conhecimento tem contribuído com uma produção e

veiculação mais presente de conhecimento acadêmico sobre adolescentes inserido no sistema socioeducativo? E, ainda, o que tem sido debatido por essas áreas? A discussão teórica e conceitual tem servido a problematização das sérias questões enfrentadas no sistema socioeducativo?

Tabela 2 - Distribuição da produção por área de conhecimento (n=84).

| ÁREAS DO CONHECIMENTO | N |
|--|----------|
| <i>Psicologia</i> | 31 |
| <i>Sociologia</i> | 25 |
| <i>Educação e Pesquisa em Educação</i> | 14 |
| <i>Antropologia</i> | 13 |
| <i>Saúde Pública, Ambiental e do Trabalhador</i> | 9 |
| <i>Artes, Humanidades e outros tópicos</i> | 6 |
| <i>Ciências da Saúde e Serviços</i> | 6 |
| <i>Pediatria</i> | 6 |
| <i>Direito Público</i> | 4 |
| <i>Economia de Empresas</i> | 3 |
| <i>Direito Penal</i> | 3 |
| <i>Ciências Sociais e outros temas</i> | 3 |
| <i>História</i> | 2 |
| <i>Patologia</i> | 2 |
| <i>Outras áreas do conhecimento (14)</i> | 14 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da base de dados *Web of Science*, 2023.

Algo que pode ser observado na Tabela 2 é que nas publicações indexadas nas bases de dados disponíveis na plataforma *Web of Science* nos últimos 5 anos, a área de Educação e Pesquisa em Educação não é a que possui mais incidência de estudos categorizados. Como mencionado anteriormente, as áreas de psicologia, sociologia e educação são as que, recorrentemente, tem mais impellido profissionais e pesquisadores a estudarem sobre os jovens inseridos no sistema socioeducativo. A observação desses dados fica comprometida quando busca-se normalizar a distribuição por meio da representação em percentuais, já que mais de um dos 84 resultados de pesquisa foram caracterizados em mais de uma área de conhecimento.

A maior parte das produções está categorizada sob a área do conhecimento de Psicologia, representando 31 publicações, o que ressalta o interesse dessa área em

relação ao sistema de atendimento socioeducativo e aos jovens nele inseridos. Em seguida, a Sociologia figura com 25 publicações, reforçando a importância dos estudos sociológicos no entendimento das dinâmicas sociais que cercam essa temática.

A área de Educação e Pesquisa em Educação contribui com 14 publicações. A presença de 13 publicações na área de Antropologia sugere uma abordagem mais ampla, envolvendo questões culturais e etnográficas pertinentes ao contexto dos jovens atendidos pelo sistema. Dentre outras áreas relevantes, destacam-se 9 publicações no âmbito da Saúde Pública, Ambiental e do Trabalhador, 6 em Artes, Humanidades e outros tópicos, bem como em Ciências da Saúde e Serviços e Pediatria. A área do conhecimento do Direito também é observada, com 4 publicações na área de Direito Público e 3 em Direito Penal, com um total de 7 produções.

As áreas do conhecimento História e Patologia contam com 2 publicações categorizadas cada. Ainda, há 14 publicações categorizadas em, também, 14 áreas do conhecimento diferentes, dentre elas: Ciências do Comportamento, Estudos Culturais, Demografia, Odontologia e Cirurgia Oral, Estudos de Famílias, Linguística, Filosofia, Serviço Social, Toxicologia, entre outras.

A distribuição das produções recentes pelas áreas de conhecimento apresentadas demonstra a preocupação com o tema do atendimento socioeducativo e da juventude inserida nesse sistema por diversos campos do conhecimento, pois é um fenômeno que tem inúmeros determinantes históricos, políticos e sociais.

Ainda assim, desenvolvendo essa pesquisa no âmbito de um programa de pós-graduação em educação e reconhecendo a importância desta área do conhecimento e da política pública de educação na construção do atendimento socioeducativo, vejo a configuração deste panorama com poucas publicações da educação veiculadas como um dado a ser observado. Por que as publicações das áreas do conhecimento de Psicologia e Sociologia representam juntas 4 vezes mais que as publicações categorizadas na área de Educação e Pesquisa em Educação? Quais discussões estão sendo levantadas por essas áreas?

Assim, essa análise da distribuição da produção por áreas do conhecimento oferece um panorama do cenário acadêmico atual em relação ao tema, fornecendo subsídios importantes para a elaboração da revisão bibliográfica. Um deles, já aponto, como discussão a ser explorada por esta pesquisa e, se possível, por outras na área da Educação. Como podemos observar esta temática e trazer o seu debate para o

campo da educação? Abaixo, como forma de auxiliar a visualização da distribuição destas produções encontradas pelas áreas do conhecimento elencadas, apresento uma figura extraída de uma das ferramentas analíticas da plataforma *Web of Science*, em que se representa a distribuição por meio de um gráfico em imagem.

Figura 2 - Distribuição da produção por áreas do conhecimento (n=84).



Fonte: *Web of Science*, 2023.

Uma observação possibilitada pela análise da ferramenta utilizada foi a distribuição da produção recente pelos autores creditados, como na tabela abaixo.

Tabela 3 - Distribuição da produção por autores (n=84).

| AUTORES | N | % |
|--------------------------------------|---|-------|
| ALBERTO, Maria de Fátima Pereira | 8 | 9,52 |
| COSTA, Cibele Soares da Silva | 7 | 8,33 |
| MOREIRA, Jacqueline de Oliveira | 6 | 7,14 |
| GUERRA, Andrea Maris Campos | 5 | 5,95 |
| SILVA, Erlayne Beatriz Felix de Lima | 4 | 4,76 |
| FONSECA, Debora Cristina | 3 | 3,57 |
| MARINHO, Frederico Couto | 3 | 3,57 |
| SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da | 3 | 3,57 |
| VINUTO, Juliana | 3 | 3,57 |
| Outros (295 autores) | - | 50,02 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da base de dados *Web of Science*, 2023.

A Tabela 3 apresenta a distribuição da produção de conhecimento com base na autoria das publicações encontradas na revisão bibliográfica. Foram analisados um total de 84 artigos, sendo que alguns autores se destacaram em termos de número de publicações. Entre os autores mais proeminentes, destacam-se Maria de Fátima Pereira Alberto, com 8 publicações, e Cibele Soares da Silva Costa, com 7 publicações. Jacqueline de Oliveira Moreira também apresentou uma relevante contribuição, com 6 publicações. Além disso, Andrea Maris Campos Guerra conta como autora em 5 das publicações, enquanto Eralayne Beatriz Felix de Lima Silva contribuiu na autoria de 4. Já Debora Cristina Fonseca, Frederico Couto Marinho, Braulio Figueiredo Alves da Silva e Juliana Vinuto foram responsáveis por 3 publicações cada. É importante observar que dentre esses 84 artigos, a maioria conta com mais de um autor como responsável pela pesquisa e elaboração do texto final.

Cabe ressaltar que a análise dos dados permitiu identificar um grupo significativo de outros autores, totalizando 295 autores diferentes que contribuíram para a produção acadêmica sobre o atendimento socioeducativo e os jovens inseridos nesse sistema. Esses dados demonstram a pluralidade de pesquisadores e acadêmicos envolvidos na produção de conhecimento sobre o tema, com diversas perspectivas e abordagens sendo apresentadas por um conjunto diversificado de autores.

No entanto, observo que há uma predominância de um grupo específico de estudiosos nessa área. Somente os 9 primeiros autores com mais publicações foram responsáveis e/ou estiveram creditados como autores de quase metade das publicações analisadas (49,98%). Ou seja, 2,96% dos indivíduos creditados como autores estiveram envolvidos em um grau de autoria em quase metade das publicações. A discussão sobre este dado precisa ser observada a partir da lógica de produção de conhecimento acadêmico no Brasil. Sabemos da importância e da organização de grupos de pesquisa que se dedicam ao estudo de temas específicos, que podem possibilitar a concentração da produção em algum grupo mais restrito de autores e autoras.

Ainda assim, é necessário observar e refletir sobre como o acesso à publicação de artigos em períodos reconhecidos e, assim, indexados em bases de dados internacionais não é amplo e pode representar uma barreira a quem tem sim se dedicado à produção de conhecimento sobre jovens inseridos no sistema de

atendimento socioeducativo, mas não tem tido impacto no cenário de publicação e veiculação dos resultados de suas pesquisas pelas dificuldades encontradas como, inclusive, o alto valor de investimento financeiro necessário de ser feito para publicação em algumas revistas de maior circulação. Isso nos informa que há uma concentração da distribuição e veiculação da produção de saberes sobre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e o sistema em que estes são inseridos. Observar isso e pensar possibilidades de se ampliar a socialização das contribuições de outros autores é um exercício importante para a pluralidade de concepções e estratégias de enfrentamento que esta temática requer.

Já sobre a socialização dos resultados dessas pesquisas e a veiculação do conhecimento produzido sobre o sistema socioeducativo, sobre os adolescentes nele inseridos, sobre as práticas adotadas pelos profissionais, sobre as visões que familiares tem sobre as vivências que lhe são impostas, podemos observar que tais conhecimentos acabam por circular em publicações periódicas que nos indicam a sua relação com aquelas áreas do conhecimento que observamos anteriormente.

Tabela 4 - Distribuição da produção por periódico de publicação (n=84).

| PERIÓDICO DE PUBLICAÇÃO | N | % |
|---|----------|----------|
| <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i> | 13 | 15,47 |
| <i>Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social</i> | 9 | 10,71 |
| <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> | 6 | 7,14 |
| <i>Psicologia & Sociedade</i> | 5 | 5,95 |
| <i>Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud</i> | 5 | 5,95 |
| <i>Educação em Revista</i> | 3 | 3,57 |
| <i>Psico-USF</i> | 2 | 2,38 |
| <i>Psicologia em Estudo</i> | 2 | 2,38 |
| <i>Psicologia USP</i> | 2 | 2,38 |
| <i>Revista Direito e Práxis</i> | 2 | 2,38 |
| <i>Revista Direito GV</i> | 2 | 2,38 |
| <i>Revista Olhares</i> | 2 | 2,38 |
| <i>Sociedade e Estado</i> | 2 | 2,38 |
| <i>Sociologias</i> | 2 | 2,38 |
| <i>Outros (27 periódicos)</i> | 27 | 32,17 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da base de dados *Web of Science*, 2023.

A Tabela 4 apresenta a distribuição da produção, considerando os periódicos de publicação das 84 pesquisas analisadas nesta revisão bibliográfica. Os números absolutos e percentuais oferecem uma visão abrangente sobre as principais revistas acadêmicas onde esses estudos têm sido veiculados.

Observa-se que a revista "Psicologia: Ciência e Profissão" concentra a maior quantidade de publicações sobre o tema, representando 15,47% do total das pesquisas analisadas, com um total de 13 artigos. Essa revista possui destaque no campo da Psicologia e é reconhecida por abordar questões relacionadas à prática profissional, formação e pesquisa.

Outra revista que se destaca é a "Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social", com 9 publicações (10,71% do total). Essa revista é conhecida por abordar temáticas relacionadas a conflitos sociais e questões de controle social, vinculada a um programa de pós-graduação em sociologia e antropologia.

A revista "Ciência & Saúde Coletiva" apresenta 6 artigos (7,14% do total) sobre o tema em questão. Essa revista é reconhecida por abranger estudos sobre saúde coletiva, políticas públicas e sociais. Outras revistas que também tiveram expressividade na socialização da produção acadêmica sobre o assunto no recorte temporal analisado são "Psicologia & Sociedade" e "Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud", ambas com 5 publicações (5,95% do total).

É relevante mencionar que foram encontradas publicações em periódicos de diversas áreas, como "Educação em Revista" (3,57% do total), "Revista Direito e Práxis" (2,38% do total), "Revista Direito GV" (2,38% do total), "Sociologias" (2,38% do total), entre outras com a expressividade de 2,38% do total das publicações.

Além dos periódicos mencionados, há outros 27 periódicos nos quais foram identificadas publicações sobre o tema, totalizando 32,17% do total de pesquisas analisadas. As revistas identificadas nessa revisão bibliográfica são importantes para a construção do conhecimento e para o diálogo entre os pesquisadores e profissionais interessados no aprimoramento das políticas e práticas do sistema socioeducativo brasileiro. Ainda assim, da mesma forma como a distribuição da produção por autores parece indicar uma concentração entre poucos autores, aqui pode-se observar, também, uma concentração em alguns poucos periódicos e revistas.

Aqui, podemos fazer uma retomada dos dados apresentados na Tabela 2 e na Figura 3, em que observamos a distribuição dos artigos publicados por áreas do

conhecimento. Ainda que a área do conhecimento de educação tenha sido a terceira mais expressiva em número de publicações, as duas primeiras áreas do conhecimento (psicologia e sociologia) tem um número quatro vezes maior de publicações publicadas. Ao observar a concentração das publicações em poucos periódicos, também pode ser observado que há um baixo número de publicações em revistas e periódicos na área da educação.

3.5 – Principais conteúdos abordados na produção recente sobre o tema

Além de apresentar e observar o panorama da produção acadêmica recente sobre o atendimento socioeducativo no Brasil e sobre os jovens nele inseridos, observando a distribuição da produção nos últimos 5 anos recentes pelas áreas do conhecimento do CNPq, os periódicos nos quais tal produção tem sido veiculada e informações sobre a autoria desses estudos, um dos objetivos desta pesquisa é a de conhecer e explicitar os conceitos teóricos e o temas que mais tem sido trabalhados quando se pensa em pesquisa e produção de conhecimento sobre o atendimento socioeducativo.

Uma metodologia utilizada em estudos recentes para a análise dos temas e conteúdos que mais tem sido abordado em diversas produções é a utilização de nuvem de palavras. Como Lunardi, Castro e Monat (2008) apresentam a nuvem de palavras, ou nuvem de texto, é uma forma de visualização de dados linguísticos que mostra a frequência com que as palavras aparecem em determinado contexto. Assim, de acordo com a metodologia apresentada anteriormente, foram produzidas imagens que nos informam sobre os termos mais utilizados nos títulos e resumos das obras identificadas em nossa pesquisa.

A Figura 3 (abaixo) é a nuvem de palavras gerada a partir da compilação dos títulos e resumos dos 84 artigos identificados ao final da primeira etapa da pesquisa realizada. Os termos mais frequentes incluem "adolescentes", "medida" e "socioeducativa", que remetem diretamente ao foco central desses estudos: os jovens e as medidas socioeducativas aplicadas. Além disso, a palavra "social", pode indicar, no contexto da produção acadêmica, a relevância dada ao contexto social na análise e na compreensão dessas questões. No entanto, especificamente os termos

medida, socioeducativa, cumprimento, ato, infracional, sistema”, assim como também foram excluídas as palavras “adolescentes, jovens, medidas”, etc.

O outro campo semântico que teve suas palavras removidas da lista foi aquele que corresponde aos usos mais comuns na apresentação de uma pesquisa nos resumos de artigos. Assim, palavras que indicam os objetivos de pesquisa ou que informam que o referido trabalho é um estudo também foram excluídas. Então foram excluídas as palavras: “estudo, pesquisa, objetivos, resultados, metodologia”.

A palavra mais frequente é "social". Essa ênfase na dimensão social pode ser um indicativo da expressiva produção categorizada nas áreas do conhecimento de Psicologia e Sociologia. Como visto na Tabela 2, 56 dos 84 artigos coletados são das áreas dessas duas áreas e conhecimento. Ou seja, representam 66,66% de todos os artigos observados nessa pesquisa. O campo de conhecimento da psicologia é reconhecido por suas análises das relações estabelecidas entre indivíduo e o meio social, assim como a sociologia busca estudar e explicar como se dão as relações e os processos que influenciam sobre a organização das sociedades.

Assim, a grande ocorrência da palavra “social” pode indicar a importância de compreender as estruturas de injustiça social que afetam a juventude em cumprimento de medidas socioeducativas. Também associada a essa preocupação, a palavra "direitos" surge como uma das mais proeminentes como a 5ª palavra com maior ocorrência, enfatizando a atenção dos estudos aos direitos individuais e sociais dos adolescentes envolvidos no sistema socioeducativo.

A palavra "internação" sugere uma consideração aprofundada da privação de liberdade, uma das medidas socioeducativas estipuladas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso nos lembra da importância de explorar as diferentes medidas socioeducativas e seu impacto na vida dos jovens. Ou seja, me parece que o tipo de medida socioeducativa que mais tem sido observada pelos estudos da área é a de internação já que essa é a 2ª palavra com maior ocorrência. Como contraponto, a palavra “liberdade” que pode indicar o uso da expressão “liberdade assistida”, referindo-se a uma das outras medidas socioeducativas possíveis de serem aplicadas como delimitado no ECA, figura na lista como a 17ª palavra mais citada nos títulos e resumos das produções analisadas. Dentre as demais palavras que podem referenciar as medidas socioeducativas, a palavra “semiliberdade” aparece apenas com 2 ocorrências, figurando no 808º lugar da lista (dada a distribuição em ordem alfabética); a palavra “advertência” aparece com apenas uma menção nos textos

analisados; as palavras “reparar”, “dano” e “prestação”, que poderiam se referir às medidas socioeducativas de obrigação de reparar o dano e de prestação de serviços à comunidade não contam com nenhuma ocorrência em uma lista com 1553 palavras.

A palavra "políticas" enfatiza a análise das políticas públicas relacionadas ao atendimento socioeducativo, incluindo as políticas de educação (palavra “escola” com 17 ocorrências e palavra “educação” com 7 ocorrências), assistência social (palavra “assistência” com 10 ocorrências) e saúde (palavra com 9 ocorrências). Aqui, ao retomar os dados observados na Tabela 2 e na Tabela 4, em que foi levantada a baixa incidência de artigos na área do conhecimento de Educação ou a baixa publicação em periódicos da área da educação, é interessante perceber que dentre os 84 artigos analisados, a política pública de educação é, provavelmente, a que tem tido maior atenção dos estudos considerando os dados acima apresentados e a expressividade de palavras relacionadas a esta política na nuvem de palavras da Figura 4 -

Outras palavras como "trajetórias", "violência", "adolescência" e "profissionais", nos informam sobre áreas de observação dos estudos que estejam mais pulverizadas, por figurarem de forma expressiva, mas com menos força na nuvem de palavras e, assim, nos apresenta sobre os diversos temas de interesse na pesquisa sobre atendimento socioeducativo. Essas palavras destacam a importância de compreender as trajetórias de vida dos jovens, abordar a violência em várias dimensões, considerar as especificidades da adolescência e analisar o papel dos profissionais que trabalham no atendimento socioeducativo.

3.6 – Contraponto entre os conteúdos das áreas de Educação e de Direito

Aqui, pretendo realizar uma discussão sobre o que tem sido discutido nas produções recentes das áreas do conhecimento de Educação e de Direito. Destaco as produções dessas duas áreas por alguns critérios. Primeiro, por acreditar que a educação deveria ser a mais área do conhecimento que mais pudesse apresentar problematizações e contribuições sobre o atendimento socioeducativo e por observar que o conjunto de regras e ordenamentos que regem o atendimento socioeducativo é, primordialmente, objeto do direito. Ainda que a educação possa, como campo do conhecimento e política de estado, contribuir com as discussões em torno do

análise de que este termo pode estar relacionado às áreas do conhecimento de psicologia e sociologia, como nas observações feitas a partir da nuvem de palavras que representa todos os 84 artigos encontrados na pesquisa, já que observamos aqui apenas os 14 artigos da educação.

O que me chama a atenção, inicialmente, é o destaque que a palavra “liberdade” tem em meio as outras, o que pode indicar tanto uma análise maior aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto em detrimento às medidas de privação de liberdade, já que a palavra “internação” apresenta pouco destaque em proporção às demais palavras. Isso seria, a meu ver, um ponto positivo das proposições e observações realizadas por pesquisadoras do campo da educação. Será que os estudos dessa área têm se dedicado a promover mais debates sobre as medidas socioeducativas em liberdade?

Outras palavras que compõem o mesmo campo semântico e representam bastante o campo da educação são “educação”, “socioeducação”, “escolar”, “escolarização”, “escolares”, “formação”, “práticas” e “saberes” sendo que estas palavras, quando observadas assim, apontam para a ênfase na dimensão educacional do atendimento socioeducativo, principalmente as cinco primeiras palavras listadas.

Isso pode indicar um esforço para compreender como as práticas educacionais podem contribuir para a ressocialização e reintegração dos jovens na sociedade. Ainda, palavras como “formação”, “práticas” e “saberes” podem discorrer sobre os processos de formação aos quais os profissionais do sistema seja inseridos.

A Figura 6 (abaixo) apresenta os dados dos termos com maior incidência nos títulos e resumos dos 7 artigos classificados como sendo da área do conhecimento do Direito Público e do Direito Penal.

A recorrência de "direitos" e "anos" sugere uma ênfase na dimensão dos direitos individuais e sociais dos adolescentes no contexto do atendimento socioeducativo bem como uma análise das trajetórias desses jovens ao longo do processo socioeducativo, considerando diferentes faixas etárias e a possível dimensão temporal de suas trajetórias no sistema de atendimento socioeducativo, quando, as vezes, recebem de juízes a aplicação de medidas socioeducativas de internação por tempo indeterminado, condicionada à reavaliação com o intervalo mínimo de 06 meses.

Os termos "penal," "políticas," "conflito," "egressos," "violência," e "vulnerabilidade" destacam a complexidade e as questões desafiadoras relacionadas

ao sistema socioeducativo. Eles apontam para a necessidade de uma análise crítica das dinâmicas de conflito e violência conhecidas dentro do sistema de atendimento socioeducativo, bem como das condições de vulnerabilidade enfrentadas pelos adolescentes inseridos nesse contexto.

Figura 6 - Nuvem de palavras gerada a partir dos 07 artigos da área de Direito.



Fonte: WordClouds.com, a partir de dados fornecidos pelo autor.

A presença de "acesso" e "acolhimento" sugere uma preocupação com a qualidade dos serviços prestados a esses jovens, enquanto "esporte" e "lazer" aparecem com expressividade pela primeira vez na análise dos dados e isso pode se dar pelas prescrições dos direitos das crianças e dos adolescentes em ter acesso a esporte e lazer e isso deve ocorrer mesmo quando os adolescentes estejam em cumprimento de medidas socioeducativas de qualquer tipo. A discussão desses termos pelos estudos da área do direito pode refletir, também, o fato de que muitos jovens tem esses direitos negados pela pouca ou nenhuma oferta de acesso pelo poder público.

Em resumo, a análise desses termos reflete uma abordagem crítica e multidimensional na pesquisa sobre o atendimento socioeducativo na área do direito, considerando aspectos de saúde, direitos, políticas, violência, vulnerabilidade e ressocialização dos adolescentes, bem como a evolução ao longo do tempo.

3.7 – O que tem se disseminado sobre o conhecimento produzido?

Após o levantamento no mecanismo de pesquisa em que se identificaram 84 referências e textos completos para a revisão bibliográfica, foi necessária a realização de uma nova seleção dessas referências. Em busca de observar o conhecimento produzido e disseminado nesta temática, optou-se por analisar de modo mais aprofundado as publicações encontradas.

Assim, para esta seleção, delimitou-se apenas um critério de inclusão, que foi que o artigo tivesse sido citado por pelo menos 1 outro trabalho acadêmico. Também foram delimitados os seguintes critérios de exclusão: (1) ser publicado em outro idioma que não o português e (2) incluir na análise o sistema de atendimento socioeducativo, mas não o ter como objeto de pesquisa.

Com estes critérios delimitados, as publicações elegíveis para a revisão foram selecionadas a partir da leitura parcial de cada publicação, sendo lidas apenas seus títulos, resumos e métodos.

Com a realização da leitura parcial das referências e observação das recomendações do documento PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) (LIBERATI et al., 2009) acerca da padronização de produção de dados e divulgação de revisões sistemáticas e meta-análises, foram observadas algumas informações a partir da síntese analítica proporcionada pela base de dados *Web of Science* sobre os 84 artigos identificados, sendo elas: (1) referência da publicação, (2) dados bibliográficos do artigo, (3) informações de identificação e conteúdo do artigo por meio do resumo, (4) número total de citações e (5) data de publicação.

Após leitura das publicações eleitas para revisão, os dados foram interpretados com a finalidade de agrupar essas produções em categorias de conceituação para caracterizar os diferentes tipos de artigos revisados, sendo elas (a) análise junto aos

adolescentes; (b) análise conceitual/política; (c) análise junto à unidade familiar dos adolescentes; (d) análise junto aos trabalhadores e (e) revisões bibliográficas.

Além do levantamento básico de informações bibliográficas acerca das publicações para fins de observação dos locais de produção de conhecimento e dos periódicos em que este conhecimento é veiculado, como em exercício realizado anteriormente na análise dos 84 resultados iniciais, durante a leitura integral e coleta de dados investigou-se, primariamente, a metodologia da pesquisa para que pudesse ser realizada a delimitação nas cinco categorias acima apresentadas. Foram coletados 84 artigos no mecanismo de pesquisa utilizado, sendo que foram selecionadas 17 publicações para esta segunda etapa da revisão bibliográfica.

Tabela 5 - Distribuição da produção por ano de publicação (n=17).

| ANO DE PUBLICAÇÃO | N | % |
|--------------------------|----------|----------|
| 2019 | 9 | 52,94 |
| 2020 | 6 | 35,29 |
| 2021 | 2 | 11,76 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da base de dados *Web of Science*, 2023.

Essa amostra considerada para revisão contou com artigos que foram publicados entre os anos de 2019 e 2021, ainda que o período delimitado para pesquisa tenha sido maior (de 2019 a 2023).

Observa-se um expressivo número de artigos publicados em 2019 (52,94%) e 2020 (35,29%) que foram citados ao menos uma vez por outras publicações. Entretanto, chama a atenção que apenas dois artigos (11,76%) foram publicados em 2021, o que pode sugerir uma desaceleração temporária no interesse da comunidade acadêmica ou um indicativo de que alguns estudos mais recentes ainda não tiveram tempo para serem amplamente citados.

Observou-se que estas 17 publicações revisadas não foram muito citadas por outros estudos. O objetivo em delimitar como critério de inclusão para esta segunda etapa o fato de terem sido estudos citados por pelo menos uma outra publicação reduziu bastante a amostra, indo de 84 para 17. No entanto, um dos objetivos é observar os tipos de estudos que tem sido mais difundido na comunidade acadêmica que se dedica a essa temática. A distribuição da produção por número de citações

proporciona uma visão importante sobre o impacto desses artigos na comunidade acadêmica, como possível de perceber na Tabela 6.

Tabela 6 - Distribuição da produção por número de citações (n=17).

| CITAÇÕES | N | % |
|-----------------|----------|----------|
| 7 | 1 | 5,88 |
| 5 | 1 | 5,88 |
| 3 | 3 | 17,65 |
| 2 | 3 | 17,65 |
| 1 | 9 | 52,94 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da base de dados *Web of Science*, 2023.

A maioria dos artigos (52,94%) recebeu apenas uma citação. Isso pode levantar questionamentos sobre a relevância e o alcance dessas pesquisas, bem como sobre a disseminação de seus resultados para além do contexto em que foram originalmente publicados. Por outro lado, alguns artigos que foram citados por 7 e 5 outras publicações (representando 11,76% da amostra) obtiveram um número significativo, o que sugere que determinados estudos têm alcançado maior repercussão e podem estar influenciando outras pesquisas ou práticas no campo das questões sociais relacionadas aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Tabela 7 - Distribuição da produção por categoria temática (n=17).

| CATEGORIAS | N | % |
|--|----------|----------|
| <i>Análise junto aos adolescentes</i> | 8 | 47,06 |
| <i>Análise conceitual/política</i> | 2 | 11,76 |
| <i>Análise junto à unidade familiar dos adolescentes</i> | 1 | 5,88 |
| <i>Análise junto aos trabalhadores</i> | 3 | 17,65 |
| <i>Revisão bibliográfica</i> | 3 | 17,65 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da base de dados *Web of Science*, 2023.

A análise das categorias temáticas dos artigos revelou uma diversidade de abordagens metodológicas e temáticas, observável na Tabela 7 acima. A maioria dos estudos (47,06%) concentrou-se em análises realizadas diretamente com os adolescentes, o que denota uma preocupação em dar voz a esse grupo tão importante, mas nem sempre ouvido nas discussões sociais. Outros artigos (17,65%)

focalizaram suas investigações nos trabalhadores que atuam nessa área, construindo o debate ao trazer uma perspectiva complementar, a dos operadores da política e que representam, então, a execução do projeto do estado brasileiro para a juventude inserida neste sistema.

No entanto, percebe-se uma lacuna na representatividade dos estudos que analisam a realidade dos adolescentes a partir da ótica da unidade familiar (5,88%). A família desempenha um papel crucial no desenvolvimento dos jovens, e a falta de pesquisas nessa área pode ser um obstáculo para o planejamento de políticas e intervenções mais eficazes.

Ainda, são poucos os trabalhos que fazem um exercício de análise conceitual/política (11,76% dos trabalhos citados por outros), onde as concepções de juventude que é inserida no sistema de atendimento socioeducativo são discutidas. A problematização a partir da discussão conceitual, da legislação e da conjuntura política pode ser um caminho para a transformação de práticas e concepções. Disseminar essas pesquisas para que sirvam de referência a outros profissionais pode ser um ponto importante na superação das dificuldades vivenciadas neste sistema.

A diversidade de abordagens e temáticas encontradas nos artigos analisados representa uma riqueza para o campo de estudo, mas também salienta lacunas que merecem maior atenção. É fundamental que pesquisas futuras contemplem a perspectiva dos adolescentes e suas famílias, além de explorar novas formas de divulgação dos resultados para ampliar o alcance e o impacto das pesquisas.

3.8 – Identificando os conteúdos veiculados nos estudos sobre o atendimento socioeducativo por categoria temática

Nesta última seção do capítulo de revisão bibliográfica, será dada continuidade à análise permitindo o conhecimento dos conteúdos e concepções compartilhados nos artigos e auxiliando na identificação de oportunidades de pesquisa e discussão, já que as análises de tendências de pesquisa, autores e instituições relevantes, periódicos de veiculação deste conhecimento, análise do impacto e influência de trabalhos acadêmicos através das citações já foram realizadas anteriormente.

Para tanto, retomo as categorias de análise que foram delimitadas após o estudo dos 17 artigos que tinha o mínimo de 1 citação registrada por outra produção.

Os termos mais frequentes incluem "adolescentes" (30 vezes), "medida" (16 vezes), "internação" (13 vezes), "socioeducativa" (11 vezes) e "cumprimento" (9 vezes), o que elucida um foco direto nas experiências e desafios enfrentados pelos adolescentes em medidas de cumprimento socioeducativo, com destaque para a questão da internação, que parece ser uma área de interesse significativa nas pesquisas analisadas.

Aqui, novamente, faço uma observação que considero ser muito importante para o panorama da produção acadêmica recente. Mais uma vez, o termo "internação" é um dos mais expressivos. E aqui o importante de se observar é os dados foram coletados dos artigos que são oriundos de pesquisas diretamente junto aos adolescentes. Do outro lado, a palavra "liberdade", que pode indicar estudos que consideram as medidas socioeducativas em meio aberto, foi utilizada apenas 1 vez dentro desse universo de 8 artigos.

A presença do termo "direitos" (7 vezes) sugere uma consideração importante das questões de garantia de direitos dos adolescentes no sistema socioeducativo. No contexto do sistema socioeducativo, pode-se argumentar que o destaque aos "direitos" pode ser visto como uma forma de controle social. Por um lado, os direitos são uma proteção necessária para garantir a dignidade e o bem-estar dos adolescentes. Por outro lado, também podem ser usados para legitimar formas de controle e disciplina sobre esses jovens, como a privação de liberdade, em nome da promoção de uma reconstrução dos projetos de "vida" (9 vezes) desses "jovens" (9 vezes). Por exemplo, pode ser usada para justificar a intervenção estatal em famílias e comunidades marginalizadas, sob a alegação de proteger os direitos das crianças e dos adolescentes, o que pode resultar em políticas que separarão ainda mais essas famílias e comunidades.

Outros termos de destaque foram as palavras "crime" (8 vezes) e "crimes" (1 vez), o que sugere um interesse em compreender a relação entre a prática de atos infracionais por parte dos adolescentes e o sistema socioeducativo. Contudo, o sistema socioeducativo, em sua tentativa de lidar com os atos infracionais praticados pelos adolescentes, pode, às vezes, adotar abordagens punitivas que tratam os jovens como ameaças à ordem social, ao invés de indivíduos em desenvolvimento.

E parece ser o que aconteceu em alguns dos estudos dessa categoria de análise. O que me levanta indagações é por qual motivo artigos acadêmicos dos

últimos 5 anos, em que seus autores se propuseram ao estudo do atendimento socioeducativo junto aos adolescentes nele inseridos, utilizaria com tanta recorrência as palavras “crime” e “crimes”. Em minha observação, a escolha por essa palavra só pode corroborar a visão retomada acima de que veem os adolescentes mais como autores de violência “criminosos” do que outra coisa.

A recorrência de "mortalidade" (6 vezes) é intrigante e pode indicar um interesse na análise das taxas de mortalidade entre os adolescentes em medidas socioeducativas, o que pode estar relacionado a questões de saúde e segurança dentro e fora das instituições de reclusão. Desse modo, o interesse em analisar as taxas de mortalidade pode indicar preocupações com a negligência institucional no que diz respeito à saúde e segurança dos adolescentes. Sob a perspectiva da biopolítica, isso levanta questões sobre como essas instituições tratam a vida dos jovens sob sua custódia e egressos de seu sistema, pois a mortalidade pode ser resultado de condições precárias de habitação, seguridade e saneamento básico adequados ou até mesmo da violência “retributiva” que muitos jovens relatam vivenciar pelos agentes do estado quando em liberdade.

Em resumo, os termos mais recorrentes refletem uma tendência de pesquisa que se concentra na experiência e no destino dos adolescentes em medidas socioeducativas, com destaque na internação, direitos e perspectivas de vida. Além disso, essa perspectiva destaca a importância de considerar não apenas o aspecto legal, mas também as condições de vida e a qualidade dos cuidados oferecidos a esses adolescentes para garantir que seus direitos fundamentais, incluindo o direito à vida e ao desenvolvimento, sejam respeitados e protegidos de maneira adequada.

3.8.2 – Discursos da categoria de análise conceitual/política

Ao analisar a categoria de análise conceitual/política, são revelados quais são os termos que fundamentam as discussões sobre socioeducação e como esses termos operam na produção desses estudos a partir das discussões sobre o sistema socioeducativo e os adolescentes nele inseridos. Entre as palavras levantadas, destaca-se as que serão apresentadas a seguir.

A palavra que mais se destaca é "justiça" (05 vezes), indicando que os estudos de natureza conceitual e política têm explorado mais essa área. Dessa forma, essas

Os termos "direitos" (3 vezes) e "social" (3 vezes) indicam uma abordagem orientada para os direitos humanos e uma preocupação com as dimensões sociais do atendimento socioeducativo. Contudo, enfatizar apenas os direitos e as dimensões sociais podem não ser suficiente para abordar as raízes sistêmicas de desigualdade e injustiça que frequentemente levam os adolescentes ao sistema socioeducativo. É importante uma abordagem mais profunda que examine as estruturas de poder e questione as instituições existentes para promover as mudanças substanciais e duradouras no sistema socioeducativo. Os estudos de cunho analítico de conceitos ou da política são os que mais tem possibilidades de questionar os pressupostos do atendimento socioeducativo.

Outros termos, como "complexidade," "possibilidades," "rupturas," e "diálogos," transmitem uma abordagem crítica e reflexiva em relação ao sistema socioeducativo. Desse modo, elas evidenciam a disposição para considerar os desafios enfrentados nesse contexto e a busca por soluções, compreendendo que o campo da socioeducação é dinâmico e passível de mudanças, mesmo com as complexidades envolta das questões presentes e a necessidade de diálogo contínuo para promover melhorias significativas no sistema socioeducativo.

3.8.3 – Discursos da categoria de análise junto à unidade familiar dos adolescentes

Os termos mais frequentes nesta categoria de análise são "adolescentes" (07 vezes), "familiares" (05 vezes), "futuro"(05 vezes), "internação"(04 vezes), "medida" (04 vezes) e "socioeducativa" (04 vezes) o que indica um foco central em questões relacionadas aos jovens inseridos no sistema socioeducativo, suas famílias e o contexto de intervenção socioeducativa.

Nota-se que categoria de análise predominante parece ser a sociologia da juventude e da família, com uma clara atenção à interação entre o adolescente, sua família e o sistema socioeducativo. Assim, a recorrência dos termos "adolescentes" e "familiares" sugere um interesse particular em compreender as dinâmicas familiares e a influência da família no processo de ressocialização desses jovens, possível de inferir a partir da grande representação das palavras "internação" e "futuro" na Figura 9 abaixo. Se esta categoria da produção é a de análise junto aos familiares, infere-se

A presença dos termos "estudo" e "pesquisa" indica a natureza científica desses trabalhos e sua ênfase na produção de conhecimento acadêmico. Assim, a recorrência de "participantes" e "entrevistas" sugere uma abordagem metodológica qualitativa, com evidência a coleta de dados a partir da experiência direta dos adolescentes e suas famílias, o que é consistente com este tipo de pesquisa nas ciências sociais.

Portanto, a pesquisa nessa área parece estar alinhada com abordagens aqui apontadas ou com as quais eu, enquanto pesquisador e profissional da área acredito, ou seja, contribuir para políticas públicas que promovam a reintegração social e a redução de reincidência de novas privações de liberdade dos adolescente por uma nova prática infracional.

3.8.4 – Discursos da categoria de análise junto aos trabalhadores

Os termos mais frequentemente observados nos títulos e resumos de artigos acadêmicos relacionados à pesquisa sobre adolescentes no contexto do atendimento socioeducativo são "medida" (5 ocorrências), "pesquisa" (5 ocorrências), "políticas" (5 ocorrências), "socioeducativo" (5 ocorrências) indicam a natureza dos estudos na temática do atendimento socioeducativo. A palavra "políticas" destoa das mais recorrentes pois talvez não faça parte desse campo semântico de palavras relacionadas ao ofício da pesquisa ou à área de atendimento socioeducativo.

A recorrência dos termos "adolescentes" (4 ocorrências) e "jovens" (4 vezes) sugere uma preocupação com a juventude envolvida no sistema socioeducativo. No entanto, é importante reconhecer que a visão dos trabalhadores sobre os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas pode ser variada e, em alguns casos, ser pautada em concepções que não compreendem o fenômeno dos adolescentes envolvidos na prática infracional como algo estrutural, devido a uma série de fatores socioeconômicos, culturais e políticos e, conseqüentemente, isso pode levar a uma visão marginalizada sobre os adolescentes envolvidos no sistema socioeducativo, estigmatizando-os como infratores, mesmo que as razões subjacentes para seu envolvimento com o sistema sejam complexas e relacionadas a condições sociais adversas.

Figura 10 - Nuvem de palavras gerada a partir da categoria de análise junto aos trabalhadores.



Fonte: WordClouds.com, a partir de dados fornecidos pelo autor.

A presença dos termos "juventude" (3 vezes) e "proteção" (3 vezes) destaca um foco na questão do desenvolvimento juvenil e na proteção social dos adolescentes envolvidos no sistema socioeducativo. Esses termos refletem a preocupação com o bem-estar desses jovens e com a criação de condições que favoreçam seu crescimento e desenvolvimento saudável. Quando analisados à luz da perspectiva da biopolítica e dos direitos humanos, faz-se necessário destacar a importância de criar condições que permitam o pleno desenvolvimento dos jovens, tanto física quanto mentalmente. Isso inclui acesso à educação, apoio psicossocial e oportunidades para o desenvolvimento de habilidades

A presença dos termos "educação" (2 vezes) e "profissionais" (3 vezes) pode nos informar sobre os discursos referentes a importância da formação dos profissionais que trabalham com adolescentes em medidas socioeducativas e como a educação desempenha um papel crucial nesse contexto. Para além, o termo também

pode conferir significado pela perspectiva dos trabalhadores, que também pode ser desconfiada em relação às instituições estatais, incluindo aquelas em que pertencem. Isso pode resultar em ceticismo em relação à eficácia da formação desses jovens e à capacidade dessas instituições de promover a reabilitação e a reintegração dos jovens.

3.8.5 – Discursos da categoria de revisão bibliográfica

Figura 11 - Nuvem de palavras gerada a partir da categoria de revisão bibliográfica.



Fonte: WordClouds.com, a partir de dados fornecidos pelo autor.

Uma observação bastante interessante para quem tem se dedicado a estudar esta temática há algum tempo é de que um dos termos mais recorrentes é "sexualidade" (9 vezes), o que indica que os artigos propunham uma análise da sexualidade dos adolescentes envolvidos no sistema socioeducativo. Não me lembro de observar muitos estudos que abordem essa temática e, para além disso, há uma

expressividade considerável das palavras “direitos” e “reprodutivos”. Certo que nem toda ocorrência dessas palavras deve estar correlacionada, mas ainda assim nos informam sobre um interesse em compreender as dinâmicas de poder e controle nas instituições de atendimento socioeducativo que podem influenciar tanto a expressão quanto a vivência da sexualidade nesse contexto específico.

A recorrência dos termos "adolescentes" (5 vezes) e "juvenil" (5 vezes) indica claramente que a categoria de revisão bibliográfica está direcionada para uma compreensão aprofundada da experiência dos adolescentes dentro do sistema socioeducativo. Além disso, a repetição do termo "direitos" denota a discussão e revisão teórica como uma preocupação em discutir sobre os direitos dos adolescentes durante o cumprimento das medidas socioeducativas.

A recorrência dos termos "terapia" (5 vezes) e "ocupacional" (5 vezes) destaca a importância atribuída à abordagem terapêutica e ocupacional no atendimento socioeducativo a adolescentes infratores. Essa ênfase sugere que os artigos revisados podem examinar a terapia e as atividades ocupacionais como componentes fundamentais no processo de ressocialização desses jovens. Contudo, faz-se necessário reforçar que o oferecimento de terapias e atividades ocupacionais deve ocorrer de maneira não-coercitiva e respeitosa.

Portanto, a revisão bibliográfica emerge como um elemento de significativa importância nos estudos voltados à socioeducação, desempenhando uma função primordial no fornecimento de um arcabouço teórico sólido e na contextualização adequada de novas pesquisas, mas, também, fornecem uma oportunidade de formação aos profissionais ou estudiosos que as buscarem.

3.9 – Racismo: por quê a palavra se faz ausente nos discursos acadêmicos?

Grada Kilomba (2019) nos diz que a possibilidade de devir como um novo sujeito se dá a partir do entendimento e estudo da própria marginalidade. A autora faz isso ao apresentar as considerações de autores e militantes do movimento negro, como bell hooks, Malcom X e Stuart Hall, sobre o processo de criação e escrita por pessoas à margem do poder.

Não é simples assumir que se está em uma posição marginalizada dentro da organização da sociedade, mas o que Kilomba (2019) nos mostra, ao discutir as

expressões e motivações do racismo no cotidiano, é que se pode perceber as estratégias de funcionamento de uma sociedade racista que coloca pessoas e grupos populacionais inteiros à margem do poder e essa percepção é o que criará possibilidades de ação a partir dessa condição de marginalizado. Em um sentido, é entender por que certas vivências são tão difíceis e constantemente negadas às pessoas negras, em contraponto a facilidades de acesso e privilégios pelas pessoas brancas. Após esse entendimento, seria mais fácil agir a partir deste local buscando a superação do mesmo de forma não apenas individual, mas para todo um grupo populacional.

Se já temos identificado e discutido sobre a influência do racismo nas práticas de Estado e, especificamente para nossa análise, no atendimento socioeducativo e na vida da juventude que nele é inserida, como pode-se fazer para que essa discussão tome as devidas proporções e alcance os espaços de produção e divulgação de conhecimento científico? Será que realmente essa discussão não tem chegado nesses espaços?

Tenho certeza que tem muitos estudos recentes que tem considerado os marcadores da diferença de raça/cor, classe social, etc., como pontos principais na análise das questões sociais de grupos ou indivíduos. O que precisa ser observado, agora, é por que quando se utilizaram palavras-chave que limitavam os artigos apenas ao atendimento socioeducativo, a palavra “racismo” não foi mencionada nenhuma vez nos títulos ou nos resumos.

No entanto, após a análise de todos os dados coletados e construídos, um fato se mostra muito marcante em minha observação. Não encontrei NENHUMA ocorrência da palavra “racismo” no material de análise da pesquisa bibliográfica conduzida. Como as estratégias de análise utilizadas foram as da bibliometria e da construção de nuvens de palavras, construí 8 listas de palavras utilizando-me dos títulos e resumos dos artigos identificados na pesquisa.

Já na primeira lista, que serviu de base para confecção das Figuras 3 e 4 (p. 57-58), que continha 1486 palavras, não foi identificada nenhuma ocorrência da palavra “racismo”. Essa primeira lista foi confeccionada a partir do universo de 84 artigos coletados. As próximas listas e nuvens e palavras confeccionadas foram sempre realizadas com um número menor de artigos, mas todos foram selecionados a partir dos 84 artigos iniciais. Ainda assim, de modo a garantir a veracidade dos

dados, realizei uma busca em todas as outras 7 listas de palavras criadas e, como de se esperar, não houve nenhuma menção à palavra “racismo”.

Se tomarmos as considerações de Grada Kilomba sobre o conhecimento e o estudo do racismo para, então, operar a partir dessa consciência, por qual motivo os estudos acadêmicos recentes analisados nesta pesquisa não consideram o racismo como eixo fundamental de sua pesquisa?

Será que muitos dos estudos corroboram com a visão da qual Arroyo é um forte crítico? Observam mais o fenômeno a inserção de jovens pobres e negros no sistema de atendimento socioeducativo por uma perspectiva individual e localizada? Será que as concepções que circulam hoje na maior parte das produções acadêmicas é a de que o jovem em situação de desigualdade, induzida histórica e socialmente, é o próprio responsável por sua condição de autor de ato infracional? São questionamentos que, sinceramente, me inspiram buscar mais respostas.

Se a discussão sobre racismo não tem alcançado as produções acadêmicas sobre o atendimento socioeducativo, como pode ser possível pensar uma possibilidade de rompimento com as lógicas que mantêm este sistema como um reforçador das injustiças estruturais?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diálogo próximo com o proposto por Paulo Freire (2019), está a missão que Ignacio Martín-Baró (2017), psicólogo revolucionário com atuação no contexto de guerra centro-americano, emprega à psicologia: a desideologização, como forma de combater o psicologismo alienante empenhado de forma ostensiva pelos aparatos de repressão para a manutenção das injustiças estruturais. Na prática com o povo, a quem o psicólogo deve voltar sua atenção, a desideologização será o momento de “desmascaramento de toda ideologia antipopular, isto é, daquelas formas de senso comum que operacionalizam e justificam um sistema social explorador e opressivo” (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 61).

Assim, com essas considerações, acredito ser importante retomar aquilo que de mais improvável obtive como resultado da pesquisa bibliográfica conduzida. Ou melhor, não obtive. Não obtive êxito em encontrar na análise dos resultados o termo “racismo”. A partir da minha prática profissional, dos estudos e das minhas participações em demais espaços de formação teórica e política, reconheço o racismo como o ponto de análise principal quando se pensa a questão da juventude que é inserida no sistema de atendimento socioeducativo brasileiro.

Muitas questões circundam este fato de “ser inserido no sistema de atendimento socioeducativo”. É uma vida de exposição aos mínimos, a condições de precariedade e de violações de direitos por parte do estado e sociedade.

As contribuições de Ignacio Martín-Baró e Paulo Freire, importantes e definidoras dos movimentos chamados de psicologia e pedagogia da libertação, nos apontam a necessidade de se primar pela dimensão dialógica da educação e ação humana em todos os espaços, mas aqui busca-se o estabelecimento desta dimensão para a crítica do sistema socioeducativo, triangulando as nossas análises a partir do histórico de construção deste sistema, da realidade demonstrada pelos dados recentes de pesquisas e pelas concepções teóricas e filosóficas que aparecem em estudos recentes sobre o tema.

Um caminho para se iniciar a reflexão sobre uma prática socioeducativa que alcance aspirações transformadoras e que superem a visão localista dos “problemas” dos adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo, pode partir da Pedagogia do Oprimido:

Uma das características destas formas de ação, quase nunca percebidas por profissionais sérios, mas ingênuos que se deixam envolver, é a ênfase na visão localista dos problemas e não na visão deles como dimensão de uma totalidade.

Quanto mais se pulverize a totalidade de uma área em “comunidades locais”, nos trabalhos de “desenvolvimento de comunidade”, sem que estas comunidades sejam estudadas como totalidades em si, que são parcialidades de outra totalidade (área, região etc) que, por sua vez, e parcialidade de uma totalidade maior (o país, como parcialidade da totalidade continental), tanto mais se intensifica a alienação. E, quanto mais alienados, mais fácil dividi-los e mantê-los divididos (FREIRE, 2019, p. 191).

Se há esse conhecimento do racismo e do classismo como opressões estruturais, o que tem impedido a libertação dessa juventude? Como trabalhar para que tal processo seja possível? A lógica da situação irregular de menores ainda não foi superada e apresenta resquícios, ainda hoje, nas legislações mais recentes. Como iniciar debates e trabalhos para que a superação desta lógica para todas as crianças e adolescentes seja possível?

Uma outra perspectiva de análise importante observada nos resultados desta pesquisa é a de que a área do conhecimento do Direito tem tido pouca expressividade, ao menos na publicação dos resultados de seus estudos e pesquisas sobre o atendimento socioeducativo e sobre os adolescentes nele inseridos. Um ponto principal para o início das transformações que tanto anseio e apresentei ao longo dessa dissertação é o enfrentamento das injustiças estruturais a partir de uma perspectiva do direito, com proposições de novos paradigmas legais.

Para trazer uma visão diferente sobre isso, apresento a afirmação de Ferreira-Santos e Almeida (2019, p. 161) de que ninguém se educa por meio de decretos e sim nos espaços de convivência. A constatação é no mínimo curiosa, pois realmente são nos espaços de convivência é que a educação e a transformação nas relações sociais ocorrem.

Apesar disso, é incorrer em uma injustiça essa afirmação de “que ninguém se educa por meio de decretos”, principalmente ao considerarmos os itinerários de formação (FERREIRA-SANTOS e ALMEIDA, 2012, p. 142-145) pelos quais os jovens em cumprimento desta medida tem passado. É certo que os jovens não se educam por meio de decretos, mas é por meio de decretos que, minimamente, deveriam ter seus direitos sociais básicos garantidos. Seria por decretos – e toda a articulação necessária para execução dos mesmos é que violências poderiam ser evitadas. É na

garantia de acesso à educação de qualidade, moradia digna, saúde, esporte e lazer e demais políticas setoriais que se possibilitaria outras formas de educação. É necessário retomar a pedagogia do oprimido como pedagogia humanista e libertadora, que terá dois momentos distintos:

No primeiro momento, por meio da mudança da percepção do mundo opressor por parte dos oprimidos; no segundo, pela expulsão dos mitos criados e desenvolvidos na estrutura opressora e que se preservam como espectros míticos, na estrutura nova que surge da transformação revolucionária (FREIRE, 1987, p. 41-42).

Ao abordar o tratamento dispensado aos alunos no ambiente escolar, que não possuem direito efetivo à manifestação de seus interesses e que são refratários aos interesses que emanam do discurso pedagógico que lhes é alheio, afirma-se que estes são tratados como dependentes, incapazes de assumir qualquer responsabilidade, são responsabilizados pela falta de interesse em sua própria emancipação e autonomia (FERREIRA-SANTOS e ALMEIDA, 2019, p. 149). Porém, o tratamento dispensado aos alunos e, também, aos adolescentes em atendimento socioeducativo é apenas um dos mitos criados e desenvolvidos na estrutura opressora, que atuam para sua manutenção. Os adolescentes, tanto do sistema educativo quanto do socioeducativo precisam se conscientizar da situação de opressão estrutural em que se encontram, para que assim possam atuar sobre a mesma.

A contribuição de Adorno (1995) para a educação após o regime nazista pode ser aproveitada para trazeremos à tona a necessidade de se dialogar sobre o tratamento recebido por essa juventude no atendimento socioeducativo.

Finalmente, o centro de toda educação política deveria ser que Auschwitz não se repita. Isto só será possível na medida em que ela se ocupe da mais importante das questões sem receio de contrariar quaisquer potências. Para isto teria de se transformar em sociologia, informando acerca do jogo de forças localizado por trás da superfície das formas políticas. Seria preciso tratar criticamente um conceito tão respeitável como o da razão de Estado, para citar apenas um modelo: na medida em que colocamos o direito do Estado acima do de seus integrantes, o terror já passa a estar potencialmente presente (ADORNO, 1995, p. 1).

Considerando que o holocausto foi uma das grandes tragédias da Europa moderna, é importante retomar o genocídio do povo negro e indígena no continente americano e, especificamente, no Brasil. Retomar as questões do porquê a juventude não-pobre é isenta do atendimento socioeducativo é retomar as questões de privilégios. Privilégios de classe e privilégios de raça. O que acontece, e se faz necessário dialogar com a juventude sobre isso, é que está em curso neste país, de uma forma secular, a operação de mecanismos para manutenção desses privilégios fazendo com que o povo pobre e negro, especificamente a juventude, se constitua na iminência de seu extermínio.

Os caminhos formativos e de educação destinados à essa juventude são os da sobrevivência à margem de um sistema que existe pelo motivo e para a finalidade de os colocar exatamente neste lugar: à margem, quando não os extermina. E o direito do Estado já está acima de pelo menos estes de seus integrantes: as mortes da juventude negra tem ocorrido pelas mãos das forças policiais civis e militares, aparatos do Estado, financiados pelo Estado e defendidos pelo Estado.

Pode ser que Auschwitz não se repita, mas o que dizer de uma estrutura forjada para que a morte e encarceramento de jovens negros se repita ano após ano? O que dizer de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo que funciona para criar trajetórias e narrativas de adolescentes que são o problema? O que dizer de um Estado que se isenta dos mínimos sociais, mas culpabiliza, pune e extermina os sujeitos que ele mesmo pôs à margem?

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**, RJ: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, R. Educação Contemporânea: a sociedade autolimpante, o sujeito obsoleto e a aposta na escolha. **EDUCAÇÃO: Teoria e Prática** - v. 20, n.34, jan.-jun.-2010, p.47-64.

ALMEIDA, Cristiano R.; SÁ, Rubens L. Panorama socioeducativo brasileiro das Medidas de privação e restrição de liberdade. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, v. 9, n.1, 08-35, 2023. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.59068/24476137panoramasocioeducativobrasileiro>

ARROYO, Miguel González. Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 787-807, out./2007. Disponível em: <http://ref.scielo.org/9kj2t8>

ARROYO, Miguel González. REAFIRMAÇÃO DAS LUTAS PELA EDUCAÇÃO EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL?. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 145, p. 1098–1117, out. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018206868>

ARRUDA, D. P. O manejo de recursos audiovisuais na socioeducação. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 47–55, 2019. DOI: 10.34024/olhares.2019.v7.868. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/868>

AVILAR, W. O.; ZANELLA, M. N. A escolarização de jovens privados de liberdade no Centro Socioeducativo Santa Juliana. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 22, n. 2, p. 389–405, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8654676>

BARBOSA, Jonnefer. **Políticas de desaparecimento e niilismo de Estado**. Acesso em: <https://n-1edicoes.org./024>.

BENELLI, Silvio José. **Entidades assistenciais socioeducativas: a trama institucional**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENTO, Berenice. **Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?** Cadernos Pagu, n. 53, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530005>.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

_____. **Código de Menores**, Lei Federal 6.697, de 10 de outubro de 1979, dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm

_____. **Código de Menores**, Decreto Federal 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**, Lei Federal 12.594, de 18 de janeiro de 2012, Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CONCEIÇÃO, W. L. da.; TEIXEIRA, J. D.; CAMPOS, R. G. Socioeducação: Desafios e brechas à justiça social. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 102–121, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/10625>

COSTA, A. M.; SCUDDER, P. de O. X. **RONDONÓPOLIS EM CONFLITO COM A LEI**: Uma proposta de análise sociológica da violência juvenil. In: SEMIEDU 2017: EDUCAÇÃO, DIVERSIDADES CULTURAIS, SUJEITOS E SABERES, 2017, CUIABÁ. SEMIEDU 2017. Universidade Federal de Mato G: Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT, 2017.

CUNHA, R. D. T.; PAIVA, I. L. O Atendimento às adolescentes em conflito com a Lei: em foco as propostas educacionais no Rio Grande do Norte. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 77-97, 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/6872/Artigo>

DE SOUZA, Arivaldo Santos. Racismo Institucional: para compreender o conceito. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 1, n. 3, p. 77-88, 2011.

FERREIRA-SANTOS, M.; ALMEIDA, R. de. **Antropolíticas da educação**. 3. Ed. São Paulo: FEUSP, 2019.

FERREIRA-SANTOS, M.; ALMEIDA, R. de. **Aproximações ao Imaginário**: bússola de investigação poética. São Paulo, Képos, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 68. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GUZZO, Raquel. S. L; LACERDA JUNIOR, Fernando (orgs.). **Psicologia Social para América Latina**: o resgate da psicologia da libertação. 2. ed. Campinas: Alínea, 2011.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JIMENEZ, Luciene; MARQUES, Vanda Regina. Revisão integrativa sobre a prática infracional na adolescência (2005/2014). **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 23, n. 2, p. 111-121, jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180012>

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUNARDI, M. S.; DE CASTRO, J. M. F.; MONAT, A. S. Visualização dos resultados do Yahoo em nuvens de texto: uma aplicação construída a partir de web services. **InfoDesign - Revista Brasileira de Design da Informação**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 21–35, 2010. DOI: 10.51358/id.v5i1.47. Disponível em: <https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/47>

MARCON, Telmo; MELLA, Lisiane Ligia; DA SILVA, Marcio Tascheto. Tensões entre as pedagogias sócio-emancipadora e tradicional: um estudo do sistema socioeducativo com adolescentes privados de liberdade. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 48, p. 95–114, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/11538>

MARINO, Adriana Simões. **Do infans ao ‘menor’ à concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos**. Mnemosine Vol.9, nº2, p. 54-79 (2013). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41527>

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e Libertação na Psicologia: Estudos psicossociais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, Junho 1997.

MBEMBE, ACHILLE. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELÃO, Dulce. "Fechar os olhos para ver no tempo": espaços da guerra e da pandemia na literatura para a infância. Dossiê Pandemia, Espaço e Literatura. **Revista TOPUS**, Uberaba-MG, v. 7, n. 1, jan-jun 2021. Disponível em: http://revistatopus.com.br/edicao_.asp?cod=113&edicaoCod=13

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; GUERRA, Andréa Maris Campos; DRAWIN, Carlos Roberto. Violência Juvenil e Medidas Socioeducativas: Revisão de Literatura. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 33, e3337, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3337>

O SOL Não é Quadrado. Direção de Harrison Lopes. Belém: Unipop, 2015.

Perminio, H. B., Silva, J. P. A. B. da ., & Raggio, A. M. B.. (2022). Validação do modelo lógico da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em

Atendimento Socioeducativo (Pnaisari). **Ciência & Saúde Coletiva**, 27(3), 1237–1248. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022273.46912020>

SALGADO, Raquel Gonçalves. QUEM MERECE PROTEÇÃO?: infâncias, violências e totalitarismos. In: SCUDDER, Priscilla de Oliveira Xavier; GONZÁLEZ, José Marin; ÁVILA, Carlos Frederico Dominguez (orgs.). **Racismo Ambiental, Ecologia, Educação e Interculturalidade – Volume I – Estudos Transdisciplinares**. Campo Grande: Life Editora, 2019. p. 379-396.

SCUDDER, Priscilla de Oliveira Xavier. DISCIPLINA E INVERSÃO – Racismo e Aprisionamento de Adolescentes em Conflito com a Lei. In: SCUDDER, Priscilla de Oliveira Xavier; GONZÁLEZ, José Marin; ÁVILA, Carlos Frederico Dominguez (orgs.). **Racismo Ambiental, Ecologia, Educação e Interculturalidade – Volume I – Estudos Transdisciplinares**. Campo Grande: Life Editora, 2019. p. 359-378.

VALENTE, F. P. R.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Para além da punição: (re)construindo o conceito de responsabilização socioeducativa. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 853-870, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844505005>